



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE –
FACE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

MARGARETH CRISTINI DE LELES PEREIRA

A RELAÇÃO ENTRE TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO NO DISTRITO FEDERAL NO PERÍODO 2000-2010

Brasília/DF
2017

MARGARETH CRISTINI DE LELES PEREIRA

**A RELAÇÃO ENTRE TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO NO DISTRITO FEDERAL NO PERÍODO 2000-2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de Concentração: Gestão Econômica de Finanças Públicas

Orientador: Prof. Dr. Tito Belchior Silva
Moreira

Brasília/DF
2017

Margareth Cristini de Leles Pereira

**A RELAÇÃO ENTRE TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO NO DISTRITO FEDERAL NO PERÍODO 2000-2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia, analisada pela comissão julgadora composta pelos seguintes membros:

Dr. Tito Belchior Silva Moreira
Professor Orientador

Phd. Vander Mendes Lucas
Membro Interno

Dr. Alexandre Maduro-Abreu
Membro Externo

Brasília/DF
2017

AGRADECIMENTOS

*Agradeço todas as dificuldades que enfrentei. Não fosse por elas, eu não teria saído do lugar...
As facilidades nos impedem de caminhar. Mesmo as críticas nos auxiliam muito.*

Chico Xavier

Hoje, ao escrever as frases finais deste trabalho, ao olhar para todo o caminho percorrido, o sentimento que transborda em minha alma é de gratidão. Chegar até aqui não foi tarefa fácil – eis o motivo para valorizar e agradecer a caminhada.

Gratidão primeiramente a Deus, nosso Pai Criador, ao Mestre Jesus, exemplo de vida, conduta e humanidade, à Maria Santíssima, por me proteger e direcionar meus caminhos, e a toda espiritualidade amiga que me acompanha nessa caminhada terrena.

Gratidão a minha família, por ser meu suporte, minha base e fortaleza. Minhas irmãs e amigas, Marla e Mara, obrigada por tantas conversas, tantos conselhos e tanto conforto. Meu irmão, Márlon, obrigada pelo apoio e companheirismo. Minha mãe, Marli, obrigada pelas conversas e por todo o incentivo.

Ao meu raio de luz, meu pequeno, meu coração que bate fora do peito, meu Lucas, obrigada por ser a luz da minha vida, por me tornar e me fazer uma pessoa melhor todos os dias.

Às minhas amigas irmãs, Gabi e Jéssica, muito obrigada por todo o carinho, compreensão e por terem segurado a barra tantas vezes.

Citar nomes torna-se perigoso, pois corremos o risco de esquecer alguém. Porém, nessa caminhada acadêmica, não posso deixar de mencionar algumas pessoas especiais que me auxiliaram muito e me impulsionaram a ingressar nessa jornada: minha amiga Marília Miranda, minha querida Elizangela Carrijo, professora Ana Maria, meus professores, que se tornaram amigos, Marcel Stanlei e Rogério Galvão, meu agradecimento sincero.

Ao meu orientador, Tito Belchior, muito obrigada por “comprar” minha ideia, pelo incentivo, por acreditar em mim, pela compreensão diante das adversidades que surgiram no caminho,

pelo direcionamento dado ao trabalho e, principalmente, pela liberdade concedida ao conduzir o processo de pesquisa. Gratidão eterna.

Agradecimentos sinceros aos professores e à coordenação do curso, sempre dispostos a auxiliar e conduzir o aprendizado.

E, por fim, gratidão aos colegas de turma. Sou agradecida por todas as trocas, construção do aprendizado, compartilhamento dos anseios, medos, incertezas, dúvidas, e também das conquistas, alegrias e felicidades ao longo do curso. Chegamos ao fim de mais uma etapa, essa com sabor especial e diferenciado para cada um de nós.

*Ninguém quer saber o que fomos, o que possuíamos,
que cargo ocupávamos no mundo; o que conta é a luz
que cada um já tenha conseguido fazer brilhar em si
mesmo.*

Chico Xavier

(...) Sabe-se que estaremos, em 2030, mais adultos e, em 2050, mais velhos. Sabe-se que haverá menos crianças e mais idosos. Sabe-se que se estará vivendo mais por essas épocas. As perguntas que emergem, na esfera da economia, são, portanto, duas: conseguiremos superar a pobreza e a exclusão social? Estaremos vivendo melhor?

Alves et al., 2010.

RESUMO

Esta dissertação propõe-se a verificar a relação entre transição demográfica e desenvolvimento socioeconômico no Distrito Federal na primeira década do século XXI. Apresenta-se como um estudo inovador, pois não foram encontrados registros de estudos acadêmicos que observassem o comportamento desses fenômenos nessa unidade da federação. O fenômeno da transição demográfica, abordado por Kirk (1996) e Plá (2013), foi descrito como a relação entre as taxas de natalidade e mortalidade ao longo dos anos; ele pode ser compreendido mais facilmente quando observado por fases, e também pode ser afetado pela taxa de fecundidade (CARVALHO; BRITO, 2005). O conceito de desenvolvimento econômico foi tratado seguindo a interpretação de que apresenta-se como um fenômeno mais amplo que o crescimento econômico (SOUZA, 2005), que passou e passa por constante revisão (GIAMBIAGI, 2013, e OLIVEIRA, 2002) e que deve ser analisado sob a perspectiva de diversas variáveis (SEN, 1984; 2010). A interligação entre esses dois fenômenos, transição demográfica e desenvolvimento econômico, foi apresentada em uma revisão sistemática de literatura que analisou os principais trabalhos brasileiros publicados entre 2000 e 2016. O trabalho concluiu que, sob as dimensões observadas no estudo, o Distrito Federal conquistou avanços no período analisado: em relação ao mercado de trabalho, houve elevação da taxa de ocupação, que passou de 79,31% para 86,06%; quanto à infraestrutura domiciliar, houve melhorias no acesso às redes gerais de abastecimento, que, no período final da pesquisa, atingiu o atendimento de 95,14% dos domicílios do DF; no período, ocorreu elevação da renda *per capita* e um pequeno decréscimo nos níveis de desigualdade de renda; na dimensão educação, as taxas de analfabetismo sofreram queda, enquanto os níveis de conclusão de ensino médio e ensino superior foram elevados. Contudo, medidas precisam ser adotadas com vistas ao aproveitamento do período de bônus demográfico, ainda ativo nessa unidade da federação, e para readequação de diversas políticas públicas que permitam a perpetuação das conquistas obtidas.

Palavras-chave: Transição demográfica. Desenvolvimento econômico. Bônus demográfico. Distrito Federal.

ABSTRACT

This dissertation aims to study the relationship between demographic transition and socioeconomic development in the Brazilian Federal District during the first decade of the 21st century. It is presented as an innovative study because there were no records of academic studies that observed the behavior of these phenomena in this unit of the federation. The phenomenon of demographic transition, discussed by Kirk (1996) and Plá (2013), has been described as the relationship between birth and death rates over the years, which can be more easily understood when observed in phases, and which can be affected by the fertility rate (CARVALHO, BRITO, 2005). The concept of economic development was addressed following the interpretation that it is a broader phenomenon than economic growth (SOUZA, 2005), which has undergone and undergoes constant review (GIAMBIAGI, 2013; and OLIVEIRA, 2002) and should be analyzed from the perspective of several variables (SEN, 1984; 2010). The interconnection between these two phenomena, demographic transition and economic development, was presented in a systematic review of literature, which analyzed the main Brazilian papers published between 2000 and 2016. The study concluded that, under the dimensions observed in it, the Federal District made progress in the period analyzed: in relation to the labor market, the occupancy rate rose from 79.31% to 86.06%; as for home infrastructure, there were improvements in access to general supply networks, which in the final period of the survey reached 95.14% of households in the Federal District; in the period, there was an increase in per capita income and a small decrease in the levels of income inequality; in the education dimension, illiteracy rates fell while completion levels of high school and higher education were high. However, steps need to be taken in order to take advantage of the demographic dividend period, still active in this unit of the federation, and to rearrange various policies that would allow for the perpetuation of these achievements.

Keywords: Demographic transition. Economic development. Demographic dividend. Brazilian Federal District.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Codeplan – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

DF – Distrito Federal

Fies – Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MS – Ministério da Saúde

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Prouni – Programa Universidade para Todos

Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pirâmide Etária Brasileira – 1970	57
Figura 2 – Pirâmide Etária Brasileira – 2010	58
Figura 3 – Modelo de Transição Demográfica.....	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População Total do Distrito Federal.....	56
Gráfico 2 – População Brasileira 1970-2010	56
Gráfico 3 – Crescimento Populacional Brasil e Distrito Federal (1970-2010)	57
Gráfico 4 – Evolução da População do Distrito Federal	59
Gráfico 5 – Transição Demográfica no Distrito Federal	62
Gráfico 6 – Correlação entre Razão de Dependência e PIA (2001-2009).....	66
Gráfico 7 – Correlação entre PEA e Assalariados Contribuintes para a Previdência Social	67
Gráfico 8 – Evolução da PEA no Distrito Federal (2001-2009)	68
Gráfico 9 – Correlação Taxa de Fecundidade e Rendimentos Médios Anuais Femininos	70
Gráfico 10 – Correlação Taxa de Fecundidade e Renda <i>per Capita</i>	71
Gráfico 11 – Razão de Dependência Idosos e PIB <i>per Capita</i>	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Renda no Distrito Federal (2001-2009).....	734
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Revisão Sistemática de Literatura	27
Tabela 2 – Variáveis utilizadas para análise de dados da inter-relação entre.....	52
Tabela 3 – Escala intensidade de correlações.....	54
Tabela 4 – Desenvolvimento Socioeconômico do Distrito Federal 2000-2010.....	63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	15
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO.....	16
1.3 LACUNA DE PESQUISA	17
1.4 OBJETIVOS.....	17
1.5 JUSTIFICATIVA	18
1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	18
2 REVISÃO DE LITERATURA	20
2.1 REVISÃO DE LITERATURA NARRATIVA.....	20
2.1.1 Transição Demográfica.....	20
2.1.2 Crescimento/Desenvolvimento Econômico	21
2.1.3 Relação entre População, Transição Demográfica e Economia.....	22
2.2 REVISÃO DE LITERATURA SISTEMÁTICA.....	24
2.2.1 Transição Demográfica e Desenvolvimento Econômico	24
3 METODOLOGIA.....	48
3.1 MÉTODO ESCOLHIDO PARA PESQUISA.....	48
3.1.1 Método de Abordagem: Indutivo	48
3.1.2 Método de Procedimento	48
3.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	49
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	51
3.4 ANÁLISE DE DADOS	51
3.4.1 Correlações	53
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	55
4.1 PANORAMA DO DISTRITO FEDERAL	55
4.2 POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	56
4.3 O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO DISTRITO FEDERAL.....	65
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	76
5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
5.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	77
5.3 SUGESTÕES DE ESTUDOS FUTUROS	78
5.4 CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO.....	78

Referências	80
Apêndice	87

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Transição demográfica é definida por Kirk (1996) como a passagem de regimes de altas taxas de fertilidade e mortalidade para baixas taxas de fertilidade e mortalidade. Carmo et al (2014) e Rigotti (2012) corroboram esse entendimento e acrescentam que o marco desse fenômeno é a queda acentuada da taxa de fecundidade total.

Essas alterações na estrutura populacional são a base dos estudos sobre população, que, de acordo com Silva e Monte-Mór (2016), são uma excelente contribuição às mudanças sociais e contemporâneas. As alterações nas estruturas etárias são um indicativo de que há necessidade de adequação das diversas políticas públicas existentes (KRELING, 2010; WONG; CARVALHO, 2006). No Distrito Federal, o processo de envelhecimento da população apresenta-se como um incentivo a estudos sobre a dinâmica populacional e sua relação com o desenvolvimento socioeconômico local (FERREIRA, 2013).

A transição demográfica é tratada em diversos estudos acadêmicos sob diversos enfoques: a relação com o crescimento econômico e ou desenvolvimento socioeconômico, as transformações etárias, os impactos do envelhecimento na sociedade, dentre outros (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2004; BRITO, 2007b; CAVENAGHI; ALVES, 2012; OLIVEIRA, 2015; PAIVA; WAJNMAN, 2005) .

A despeito da gama de estudos existentes que observam a relação entre transição demográfica e desenvolvimento econômico, não foi encontrado na literatura acadêmica nenhum trabalho que observasse a interligação desses fenômenos no Distrito Federal.

De acordo com Kieling (2009), o processo de transição demográfica é resultado da queda nas taxas de mortalidade e fecundidade na população, o que resulta em um contingente maior de população adulta, redução da população jovem e, em sequência, em aumento da população mais velha. Brito (2007) aponta que esse processo ocorre em fases e de maneira distinta entre países mais desenvolvidos e países menos desenvolvidos. A diferença na ocorrência desse fenômeno é observada de maneira distinta também no território brasileiro, e isso se deve às particularidades de cada uma das regiões do país (VASCONCELOS; GOMES, 2012).

As mudanças na estrutura etária brasileira surgem como uma oportunidade para planejamento de políticas públicas que apresentarão resultados futuros e poderão se antecipar a desafios na prestação de diversos serviços (BRITO et al., 2007).

A lacuna de tempo em que ocorrem as mudanças nas coortes populacionais, o decréscimo nas taxas de natalidade e mortalidade, o aumento da população economicamente ativa, que irá interferir na razão de dependência, tudo isso é compreendido como uma janela de oportunidades, situação que tem tempo definido de término e que não se repete (ALVES, 2008; ÁVILA; MACHADO, 2015; BAIENSE, 2014; BRITO, 2007b; KIELING, 2009).

A presente pesquisa permitirá analisar se essa lacuna temporal está ativa no Distrito Federal. Apresenta-se como um estudo inovador devido à inexistência de estudos acadêmicos que interliguem os fenômenos transição demográfica e desenvolvimento econômico no Distrito Federal. E, por fim, é uma forma de aliar conhecimento acadêmico a conhecimento empírico e, assim, contribuir para transformação da comunidade local.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

A discussão da relação existente entre população e crescimento-desenvolvimento econômico remonta a alguns séculos, quando o embate entre o anglicano Malthus e o iluminista Marquês de Condorcet é retratado. De acordo com o pastor anglicano, que contestava as ideias do Marquês, a população crescia a um ritmo comparado a progressão geométrica, e a produção de alimentos era produzida ao ritmo de uma progressão aritmética, ou seja, chegaria um momento em que a produção de alimentos não atenderia ao contingente populacional, por isso era necessário que houvesse o controle populacional. O Marquês de Condorcet entendia que esse problema não deveria ser uma questão, afinal, à medida que a população aumentasse, novos conhecimentos surgiriam, novos avanços e tecnologias seriam conquistados e, assim, a produção de alimentos poderia atender a todos (ALVES, 2002).

Esse debate, mesmo sendo antigo, fundamentou durante muito tempo as discussões sobre população e desenvolvimento, trazendo à tona duas linhas de pensamento: uma que entendia que o planejamento familiar deveria ocorrer a partir de políticas controlistas, e outra, que defendia que a queda da fecundidade seria consequência do desenvolvimento econômico (PAIVA; WAJNMAN, 2005).

É perceptível que Malthus não estava totalmente correto em seus escritos, porém, Condorcet não previu todas as desigualdades geradas ao longo do tempo pelo aumento populacional e sua dinâmica, que observa, além de fatores relacionados a mortalidade e fecundidade, os movimentos migratórios ocorridos em determinado local ao longo do tempo (ALVES, 2002; KIELING, 2009).

Entender como o processo de transição demográfica tem ocorrido, a janela de oportunidades gerada e como esses dois fenômenos podem ser aliados às políticas públicas é um desafio a ser transposto (ALVES; BRUNO, 2006). Outro desafio a ser vencido é o entendimento da relação entre transição demográfica e desigualdades sociais (BRITO, 2008). Considerando esses dois aspectos, o presente trabalho pretende responder à seguinte questão: como a transição demográfica tem afetado o desenvolvimento econômico social do Distrito Federal no período 2000-2010?

1.3 LACUNA DE PESQUISA

Diversos estudos acadêmicos sobre transição demográfica têm sido realizados ao longo dos anos, alguns tratando sobre o envelhecimento populacional, com enfoque em políticas para pessoa idosa: Capucha (2014), Kreling (2016), Rosario e Vidigueira (2012). Outros se debruçam sobre o impacto das mudanças populacionais e políticas públicas: Brito (2007b), Oliveira (2015), Paiva e Wajnman (2005). Há os que se ocupam do tema meio ambiente e transição demográfica, como os de Carmo et al. (2014), outros que tratam sobre as desigualdades sociais e a relação com a transição demográfica, como fazem Barros e Mendonça (1995), Benevides (2011) e Brito (2008). Por fim, alguns tematizam as relações entre transição demográfica e crescimento/desenvolvimento socioeconômico: Alves (2004), Vasconcelos et al. (2008), Kieling (2009) e Meireles (2011).

Entre essas pesquisas, observou-se que o processo de transição demográfica foi estudado por Kieling (2009) num contexto amplo, comparando situação mundial e situação nacional. Vasconcelos e Gomes (2012) realizaram análise desse processo entre as diversas regiões brasileiras, e Baiense (2014) o fez em uma determinada unidade da federação.

Dessa maneira, o presente trabalho surge como uma proposta para sanar a lacuna de estudos existente sobre o Distrito Federal, o processo de transição demográfica e sua relação com o desenvolvimento socioeconômico local.

1.4 OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho é analisar o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal sob a perspectiva da transição demográfica no período 2000-2010.

Quanto aos objetivos específicos, esta pesquisa se propõe a:

1. Apresentar em qual fase da transição demográfica encontra-se o Distrito Federal;

2. Levantar as inter-relações entre crescimento/desenvolvimento econômico e transição demográfica no Distrito Federal no período 2000-2010.

1.5 JUSTIFICATIVA

A janela de oportunidades, aberta pelo contingente maior de jovens, estes integrantes da população economicamente ativa, figura como uma oportunidade de alavancar o crescimento/desenvolvimento de uma região (ÁVILA; MACHADO, 2015; ALVES E BRUNO, 2006).

Paiva e Wajnman (2005) apontaram a necessidade de adequação de políticas públicas voltadas para educação e inserção de jovens no mercado de trabalho. Os autores indicaram que o aproveitamento de um contingente populacional já havia se perdido, porém outros tantos ainda poderiam ser beneficiados, educados e capacitados para ingressar no mercado de trabalho e contribuir para o crescimento econômico e redução das desigualdades sociais.

De acordo com Ávila e Machado (2015), os investimentos realizados em educação nas últimas décadas atendem à atual estrutura populacional brasileira; porém, devido às alterações nas coortes populacionais, investimentos que atendam à qualificação profissional de jovens e da população idosa precisam ser realizados (BRITO, 2010).

Nesse contexto, em que Ávila e Machado (2015) tratam da relação entre transição demográfica e crescimento-desenvolvimento econômico, Paiva e Wajnman (2005) consideram as necessárias adequações das políticas de educação e trabalho, e Brito (2010) faz considerações sobre envelhecimento populacional, é de fundamental importância analisar o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal sob a perspectiva da transição demográfica no período 2000-2010.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho está organizado em quatro capítulos.

No primeiro, uma revisão de literatura é apresentada. Essa revisão está dividida em dois tópicos: uma revisão narrativa e uma revisão sistemática.

A revisão narrativa está dividida em três subtópicos: no primeiro, estão elencados os principais conceitos relativos a transição demográfica e suas respectivas fases; as conceituações sobre desenvolvimento econômico e social estão elencadas a seguir; e por último, as ideias

principais de relevantes estudos sobre as relações entre população, transição demográfica e economia.

Por sua vez, a revisão sistemática apresenta as interligações entre as duas temáticas, transição demográfica e crescimento/desenvolvimento econômico social, com uma revisão dos principais trabalhos publicados entre 2000-2016.

No capítulo 2 estão descritos os métodos e técnicas de pesquisa que foram utilizados para analisar o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal sob a perspectiva da transição demográfica no período 2000-2010. O capítulo está dividido em itens, cada um deles explicando detalhadamente os aspectos relacionados à pesquisa, desde o método adotado até as bases de dados e ferramentas utilizadas para sua condução.

Em seguida, no capítulo 3, estão descritos os resultados da pesquisa. Nesse capítulo, um panorama geral do Distrito Federal foi apresentado, bem como uma análise do desenvolvimento socioeconômico local, a partir de uma perspectiva multidimensional do desenvolvimento. No último item desse capítulo foram apresentadas as inter-relações entre transição demográfica e desenvolvimento socioeconômico no Distrito Federal.

Por fim, o capítulo 4 encerra o estudo expondo as principais conclusões e recomendações observadas ao longo da realização do trabalho, indicando as principais limitações de pesquisa e sugerindo trabalhos futuros correlatos ao que foi apresentado e que possam complementar o que foi realizado até aqui.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura deste trabalho está dividida em duas partes. Na primeira parte há uma revisão de literatura narrativa. Segundo Cordeiro et al. (2007), esse tipo de revisão é menos rígida, pois não há um protocolo específico para sua confecção, as formas de busca não são pré-estabelecidas e, algumas vezes, elas poderão apresentar caráter subjetivo. Nessa seção estão apresentados os conceitos de transição demográfica e de crescimento-desenvolvimento econômico, além de um breve relato sobre as relações entre população, transição demográfica e economia.

A revisão sistemática, segunda parte deste capítulo, é definida por De-la-Torre-Ugarte-Guanilo et al. (2011) como uma metodologia de pesquisa que permite identificar estudos sobre um tema específico a partir de procedimentos predeterminados, que verificarão a aplicabilidade desses estudos em determinados contextos. Nessa parte estão elencados os estudos que tratam da relação entre transição demográfica e crescimento/desenvolvimento econômico.

2.1 REVISÃO DE LITERATURA NARRATIVA

2.1.1 Transição Demográfica

A transição demográfica é um fenômeno pelo qual a sociedade brasileira tem passado nas últimas décadas (BRITO, 2010). Rigotti (2012) aponta que esse fenômeno pode ser compreendido como a passagem de um período de equilíbrio no crescimento populacional de altas taxas de fecundidade e mortalidade para baixas taxas nas duas situações. Bonelli e Fontes (2013) complementam esse entendimento ao conceber a transição demográfica como a redução das taxas de crescimento populacional total e em idade ativa.

Esse fenômeno ocorre de maneira distinta entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (BRITO, 2007a). No Brasil, a redução das taxas de fecundidade tem ocorrido de maneira acentuada e, assim, acelerado esse processo (BRITO, 2010).

Plá (2013) defende que tal fenômeno tem correlação com a era industrial e o descreve em cinco fases. Na fase 1, as taxas de natalidade e mortalidade são igualadas em nível alto; em sequência, na fase 2, a taxa de mortalidade começa a decair, enquanto a de natalidade se mantém alta; na fase 3, a taxa de natalidade tem seu declínio iniciado, porém permanece superior à taxa de mortalidade; em seguida, na fase 4, as taxas de natalidade e mortalidade convergem,

tendendo a níveis mais baixos; e, por fim, na fase 5, a taxa de mortalidade se estabiliza acima da taxa de natalidade.

2.1.2 Crescimento/Desenvolvimento Econômico

Furtado (1980) aponta que o termo desenvolvimento, por si só, é amplo e necessita de um adjetivo para sua clara definição e caracterização. Sob o aspecto econômico, desenvolvimento pode ser entendido como aumento da renda, o que pode representar incremento de bens e serviços em prol de uma coletividade.

Souza (2005) defende que não há um conceito claro para o termo desenvolvimento. O autor apresenta duas correntes de pensamento sobre o tema, a primeira das quais considera crescimento e desenvolvimento como equivalentes. Para ele, essa visão está amparada nas teorias econômicas clássicas e neoclássicas, englobando os modelos econômicos de Meade, Solow, Harrod, Domar e Kaldor. Já a segunda corrente defende que o crescimento é condição necessária ao desenvolvimento, mas não condição suficiente. O crescimento estaria ligado a variações no produto, enquanto desenvolvimento corresponderia a mudanças qualitativas e estruturais tanto nas cadeias produtivas como no modo de vida da população. Essa visão, segundo o autor, poderia ser representada por autores como Lewis, Myrdal e Nurse.

Baiense (2014) segue a mesma tendência e esclarece que existe diferenciação entre os termos. A autora aponta que o crescimento econômico é parte integrante do desenvolvimento econômico, ou seja, o desenvolvimento abarca o crescimento.

Oliveira (2002) acrescenta dados ao debate, revelando que as discussões sobre desenvolvimento econômico eclodiram no período pós-guerra. Nesse período ocorreu a criação da Organização das Nações Unidas, com a intenção de promover o crescimento e a melhoria da qualidade de vida em diversos países. A criação da instituição foi acompanhada pela criação de outros organismos – Fundo Monetário Internacional, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, a Organização Mundial de Saúde, dentre outros – que contribuiriam para tratar de problemas econômicos e sociais de diversos países.

Sen (2010) contribui com a questão e disserta sobre as inter-relações e complementariedades entre crescimento e desenvolvimento econômico. De acordo com ele, o crescimento econômico deve ser visto além do aumento de renda individual; é preciso que seja visto como a possibilidade de ampliação da disponibilidade de serviços sociais a partir do aumento do crescimento econômico. O autor também aponta a necessidade de entender o

desenvolvimento de forma ampla, com a observação de várias dimensões que o englobam (SEN, 1984).

Cruz (2003) considera que tal debate foi encerrado, porém entende que o atual contexto da política econômica mundial traz novamente à tona essa velha discussão de que não há desenvolvimento sem crescimento, nem desenvolvimento sem distribuição de renda. O autor explana que, entre as décadas de 1950 e 1970, o embate entre as teorias consideradas desenvolvimentistas e as teorias ortodoxas e clássicas era claro. Entre as décadas de 1950 e 1960, as teorias que tratavam sobre o desenvolvimento e redução das desigualdades nos territórios, com a intervenção do Estado na economia, foram bem aceitas e trouxeram resultados positivos, porém incompletos. E, atualmente, o papel do Estado interventor e das políticas sociais é questionado.

O retorno do debate sobre a questão pode ser corroborado pelo entendimento de Giambiagi (2013), que afirma que a discussão sobre desenvolvimento econômico é algo em constante construção, inserida em uma dinâmica complexa, sujeita a aspectos políticos e históricos, e que apresenta aspectos instigantes e polêmicos.

2.1.3 Relação entre População, Transição Demográfica e Economia

As interações entre as temáticas população e economia estão descritas em estudos acadêmicos diversos, como, por exemplo, em Alves e Bruno (2006), que abordaram a relação entre o crescimento populacional e o crescimento econômico de longo prazo no Brasil; Kieling (2009), que promoveu estudo dos impactos econômicos da transição demográfica no Brasil; Sartoris e Souza (2004), que apresentaram as relações entre população e economia e o modo como as diversas ciências que debatem os temas podem ter entendimentos complementares; dentre outros.

Kieling (2009) aponta que os países que primeiro passaram pelo fenômeno da transição demográfica também foram os primeiros a passar pela Revolução Industrial. Essa coincidência tem relação com o explicitado por Sartoris e Souza (2004), de acordo com os quais, ao atingir determinado grau de desenvolvimento tecnológico, um excedente na produção agrícola foi gerado, o que ocasionou três efeitos: queda na taxa de mortalidade, aumento na renda *per capita* e bem-estar social e queda na demanda por trabalho na agricultura. Isso desencadeou as várias transformações sociais que se seguiram.

O aumento do número das famílias foi observado após a redução da taxa de mortalidade. Em consequência, as famílias também sentiram o peso da continuidade da vida e verificaram

que suprir as necessidades de amparo na velhice poderia ser menos oneroso em famílias menores (COALE; HOOVER, 1966).

O trabalho de Galor e Weil (1999) foi apresentado por Sartoris e Souza (2004) como justificativa para inserção de variáveis econômicas nos estudos sobre população. O trabalho demonstrou que o fenômeno da transição demográfica poderia ser caracterizado por três momentos econômicos distintos: Regime Malthusiano, Regime Pós-Malthusiano e Regime Moderno de Crescimento.

O Regime Malthusiano caracterizava-se por baixos progresso tecnológico e crescimento populacional e renda *per capita* constante, ou variando pouco, ou seja, nesse regime ocorria uma relação positiva entre crescimento populacional e *renda per capita*.

O Regime Pós-Malthusiano era caracterizado por um pequeno crescimento da renda *per capita*, resultado do crescimento populacional elevado, ainda uma relação positiva entre crescimento populacional e *renda per capita*.

Por fim, com o Regime Moderno de Crescimento, com renda e progresso tecnológico persistente, a relação entre renda *per capita* e crescimento populacional passa a ser negativa.

Para Sartoris e Souza (2004), os modelos apresentados evidenciam a necessidade de inserção de variáveis econômicas nos estudos que explicam o fenômeno da transição demográfica, bem como a inserção do crescimento populacional nas teorias de crescimento.

Nesse sentido, pode-se citar o Modelo de Solow, que incorpora variáveis populacionais. Esse modelo preconiza que uma queda no crescimento populacional ocasionará um crescimento que atingirá estado estacionário, em que o nível de capital *per capita* maior – e, assim, um nível de consumo *per capita* maior – leva a um melhor nível de bem-estar econômico (KIELING, 2009; SARTORIS; SOUZA, 2004).

Sartoris e Souza (2004) observaram que alguns aspectos precisam ser considerados nas relações entre crescimento populacional e teorias econômicas. Um deles é que variáveis econômicas, muitas vezes, são incluídas em teorias que buscam explicar o crescimento populacional. Outro aspecto é a existência de teorias que procuram explicar o crescimento econômico incorporando o crescimento populacional. E, por último, a utilização da Teoria Econômica para modelar o crescimento populacional.

Esse último aspecto pode ser exemplificado pelo trabalho de Becker (1960), que, dentro de uma abordagem microeconômica, promove uma análise relacionando o crescimento econômico e a fertilidade. O autor parte do raciocínio de que a quantidade de filhos, mesmo em sociedades com pouco conhecimento de métodos contraceptivos, é uma questão de escolha dos

pais. E escolha – pelo menos escolha por um bem – é algo tratado pela Teoria Econômica, mais especificamente pela Microeconomia.

O raciocínio apresentado por Becker (1960) é corroborado nas discussões relacionadas à Conferência de População e Desenvolvimento do Cairo, de 1994, momento em que são observadas intenções para propostas de medidas e programas de ação para auxiliar os casais na escolha do número de filhos (ABEP; UNFPA, 2009).

Boa parte dos pais entendem o filho como fonte de “renda” psicológica, quando não como fonte de renda mesmo. Dessa maneira, do ponto de vista da Teoria Econômica, o filho pode ser entendido como um bem de produção, ou seja, custos e preferências associados à decisão de se produzir mais ou menos filhos. Assim, percebe-se racionalidade na escolha do número de filhos, a mesma racionalidade aplicada nos modelos microeconômicos de escolha entre bens. Essa racionalidade está pautada nas propriedades de completividade e transitividade.

De acordo com Kieling (2009), completividade está relacionada à capacidade de o indivíduo sempre emitir uma opinião, e a transitividade, a apresentar uma coerência entre as escolhas realizadas, ou seja, se ele prefere M a N, e prefere N a O, ele prefere M a O. Mesmo sem garantias de que o indivíduo se comporte de acordo com as hipóteses apresentadas, elas permitem que as preferências do indivíduo sejam associadas à função utilidade, conceitos presentes na racionalidade do ponto de vista econômico.

Nesse sentido, sendo tratadas como bens, as crianças são fonte de utilidade, e dessa maneira podem ser comparadas a uma função de utilidade ou a um conjunto de curvas de indiferença. E, assim, sua maior ou menor utilidade será baseada na preferência dos pais.

Kieling (2009) aborda que não apenas a quantidade de filhos é definida pelas preferências dos pais, mas a “qualidade” dos filhos também; porém essa qualidade refere-se a quanto será investido, principalmente, mas não somente na educação que essas crianças receberão. Assim, uma criança de mais “qualidade” é aquela que recebeu maior investimento.

2.2 REVISÃO DE LITERATURA SISTEMÁTICA

2.2.1 Transição Demográfica e Desenvolvimento Econômico

Após verificar a quantidade de estudos existentes sobre as duas temáticas abordadas de maneira isolada, optou-se por buscar trabalhos que expressassem a relação entre os temas.

Numa primeira análise, sem critérios pré-estabelecidos, foi perceptível a gama de autores que abordavam esses temas, como, por exemplo, Brito (2007a, 2007b), Cavenaghi e

Alves (2012), Plá (2013), Paiva e Wajnman (2005), Silva e Monte-Mór (2016). Porém, algumas vezes essa abordagem acontecia a partir de diversos aspectos que não atendiam à análise proposta pela pesquisa.

Assim, considerando o princípio da revisão sistemática de literatura expressado por Cronin et al. (2008), segundo o qual esse tipo de revisão parte de um objetivo de pesquisa bem definido e considera, a partir de critérios bem estabelecidos, os principais autores e estudos do tema foco de pesquisa, os passos elencados a seguir foram adotados:

- a) Formulação da pergunta de pesquisa: quais os principais trabalhos que abordam a relação transição demográfica e crescimento econômico ou desenvolvimento econômico?
- b) Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão: ao observar que o processo de transição demográfica pode ser explicado por fases (PLÁ, 2013), que ocorre de maneira distinta entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (BRITO, 2007b, 2010) e até mesmo entre as regiões de um mesmo território (VASCONCELOS; GOMES, 2012), optou-se por uma base de dados que apresentasse trabalhos relacionados à experiência brasileira e suas diversas nuances. A base de dados escolhida para pesquisa foi o *Google Scholar*. As palavras-chave definidas para busca foram “transição demográfica” e “crescimento econômico” ou “desenvolvimento econômico”. Como é sabido, a base de pesquisa retorna diversos resultados que não devem ser utilizados em uma pesquisa acadêmica, por isso foram excluídos livros, patentes e citações. Os critérios de período – 2000 a 2016 – e de relevância – quantidade de citações – foram estipulados para a pesquisa.
- c) Seleção de literatura e acesso: a pesquisa retornou 1410 resultados, distribuídos em diversas páginas. Cada página apresentou cerca de dez resultados de pesquisa. As 11 primeiras páginas de resultados foram analisadas, e dentre os resultados foram excluídos 18, que não se enquadraram nos critérios de pesquisa delimitados anteriormente. O critério de relevância, previamente definido, foi considerado nessa etapa. A partir da décima segunda página exibida de resultados, foi observado que os trabalhos apresentavam única citação ou nenhuma. Assim, a análise dos resultados de pesquisa foi encerrada.
- d) Avaliação da qualidade da literatura incluída na revisão: os 92 artigos selecionados a partir dos critérios estabelecidos tiveram seus resumos lidos e relacionados ao objetivo de pesquisa, sendo observadas a qualidade e a pertinência desses

trabalhos. Desses, 57 não foram considerados para leitura completa, pois a relação apresentada nos títulos e/ou resumos não correspondia ao proposto pela pesquisa.

- e) Análise, síntese e disseminação dos resultados: 35 trabalhos foram lidos e estudados em profundidade. Para determinação desses trabalhos, foram observadas as relações entre transição demográfica e crescimento-desenvolvimento econômico, os objetivos, métodos e resultados do trabalho, além de considerar o ano de publicação e a quantidade de citações.

Tabela 1 – Revisão Sistemática de Literatura
Transição Demográfica e Crescimento/Desenvolvimento Econômico

Título	Autor	Ano	Cit.	Objetivos	Resultados Obtidos
Atribuindo sentido(s) a noção de desenvolvimento econômico	R.S. Maluf	2013	112	Elaborar uma reflexão ampla e profunda em relação ao termo desenvolvimento, ao mesmo tempo em que sugere atribuir sentido ao termo desenvolvimento econômico.	Compreensão do termo desenvolvimento econômico, de forma a correlacionar a teoria à prática recente e propiciar que tal termo esteja direcionado para promoção da equidade social.
A transição demográfica e a janela de oportunidade	J. E. D. Alves	2008	85	Apresentar o comportamento das taxas brutas de natalidade e mortalidade ao longo dos anos, a relação dessas taxas com o fenômeno transição demográfica, a projeção populacional para os próximos anos e como essas alterações afetam o planejamento das políticas sociais e podem ser aproveitadas para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro.	Apresentação do período estimado para a janela de oportunidades brasileira e da necessidade de aproveitamento do bônus demográfico. Indicação de que o aproveitamento da janela de oportunidades está relacionado a investimentos em educação e maior qualificação de homens e mulheres. O autor aponta que a força de trabalho feminina será a propulsora do desenvolvimento nos próximos anos devido à atuação feminina no mercado de trabalho. Segundo ele, o ciclo de crescimento sustentado está condicionado à gestão macroeconômica da política monetária, fiscal e desenvolvimentista brasileira.

Tabela 1 – Revisão Sistemática de Literatura
Transição Demográfica e Crescimento/Desenvolvimento Econômico (continuação)

Título	Autor	Ano	Cit.	Objetivos	Resultados Obtidos
Questões emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro	E. L. G. Rios- Neto	2005	77	Apontar questões emergentes para análise demográfica, considerando interesse analítico, bem como as implicações para as diversas políticas públicas.	O autor apresenta uma análise da dinâmica demográfica brasileira, dando ênfase ao declínio da fecundidade, observando sua relação com a quantidade de anos de estudo da população feminina. A partir de discussão conceitual e empírica sobre dividendo demográfico, aponta que a produtividade ocupacional e os efeitos sobre o mercado de trabalho devem ser considerados. Três pontos são observados: 1. É preciso aprofundar o debate clássico sobre o impacto do dividendo demográfico na renda <i>per capita</i> , no contexto dos modelos clássicos de convergência de renda. 2. Devem ser aprofundados os exercícios baseados na razão de suporte, com ênfase naqueles que levam em conta o perfil etário da educação e a relação entre educação e renda numa perspectiva de idade. 3. É necessário incentivar a análise de modelos voltados para o mercado de trabalho, com ênfase nos modelos segmentados e nos estudos da relação entre produtividade e idade. Por fim, o autor tece considerações sobre transferências intergeracionais com a pretensão de atingir uma perspectiva do gasto público.
Das causas às consequências da transição demográfica no Brasil	P. T. A. Paiva, S. Wajnman	2005	77	O artigo apresenta as relações entre estrutura populacional e crescimento econômico, como essas relações influenciaram o pensamento e afetam as pesquisas acadêmicas e eventualmente as políticas públicas.	Foram apresentados os principais avanços em curso na pesquisa acadêmica sobre população e economia, suas implicações para as políticas públicas e o desenvolvimento. Os autores elencaram que a educação de jovens a serem inseridos no mercado de trabalho é ação propulsora para o desenvolvimento socioeconômico e aproveitamento do bônus demográfico.

Tabela 1 – Revisão Sistemática de Literatura
 Transição Demográfica e Crescimento/Desenvolvimento Econômico (continuação)

Título	Autor	Ano	Cit.	Objetivos	Resultados Obtidos
Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego	J. P. Z. Chahad	2003	75	O artigo tem por objetivo correlacionar as principais alterações no mercado de trabalho paulista à luz das principais transições, sejam elas socioeconômicas, demográficas ou tecnológicas, pelas quais tem passado o país e suas regiões desde a década de 90. Os dados utilizados são da Pesquisa de Emprego e Desemprego de São Paulo (1995-2002), e o autor aponta que tal pesquisa deve ser utilizada além de um indicador numérico.	O autor concluiu que, no período, ocorreu forte crescimento da população economicamente ativa, fruto das pressões demográficas; crescimento lento da ocupação total, resultado da legislação mais severa em relação ao trabalho infantil e do jovem; aumento do trabalho informal, resultante da estagnação do emprego com carteira assinada; avanço da terceirização da mão de obra, dentre outros. O autor apontou que o lento crescimento da economia e a volatilidade nos níveis de produto impuseram mudanças no funcionamento e perfil do mercado de trabalho, inclusive na Região Metropolitana de São Paulo, local de captação dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego utilizada. Para o autor, esse instrumento é uma fonte valiosa de informação para pesquisas acadêmicas e formulação e implementação de políticas públicas.

Tabela 1 – Revisão Sistemática de Literatura
 Transição Demográfica e Crescimento/Desenvolvimento Econômico (continuação)

Título	Autor	Ano	Cit.	Objetivos	Resultados Obtidos
Brasil 1980-2000: proteção e insegurança sociais em tempos difíceis	S. M. Draibe	2002	64	A autora propõe uma análise do processo de democratização brasileiro no período 1980-2000, demonstrando o resultado das fortes desigualdades estruturais sociais presentes no país e o sistema de proteção social ainda incompleto e frágil. Ela aponta para um movimento de construção de um novo conceito de proteção social calcado na revisão das instituições do Estado e políticas sociais, pautado em três pilares: novas concepções de direito e justiça social; novos parâmetros e critérios para a alocação de recursos sociais públicos; e reforço do poder regulatório do Estado no âmbito da proteção social.	A conclusão do trabalho indica que, no período pesquisado, ocorreu uma redução significativa da mortalidade infantil e do analfabetismo, porém não houve êxito algum na redução das desigualdades. Isso se deve ao fato de que, mesmo com todas as reformas ocorridas, as políticas sociais não podem tudo sozinhas. A autora aponta que reformas aperfeiçoadas e políticas sociais melhoradas são insuficientes para redução da pobreza e desigualdades quando o meio econômico em que operam é o do baixo crescimento, de forte desemprego, de fragilização das situações de geração sustentada de renda e de restrições fiscais, situação presente nas décadas alvo do estudo.

Tabela 1 – Revisão Sistemática de Literatura
 Transição Demográfica e Crescimento/Desenvolvimento Econômico (continuação)

Título	Autor	Ano	Cit.	Objetivos	Resultados Obtidos
A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios	J. A. M. de Carvalho, F. Brito	2013	57	Analisar o posicionamento dos estudiosos sobre população diante do fenômeno de redução da fecundidade brasileira nas últimas décadas, levando em consideração o contexto internacional e o embate polarizado sobre o tema. O contexto internacional estava calcado em dois posicionamentos: o primeiro, mais otimista, considerava o crescimento da economia e via uma oferta ilimitada de mão de obra, num contexto de forte urbanização; e o segundo, relacionado a problemas políticos decorrentes da pressão demográfica em regiões estagnadas.	Os autores concluem que a transição da fecundidade avançou muito nas últimas décadas, porém a taxa de fecundidade mantém-se alta no segmento de mulheres mais pobres, o que suscita a necessidade de informações para esse segmento para controle do número de sua prole. Os autores também apontam que a sociedade e o Estado não têm tirado proveito das oportunidades geradas pelo declínio da fecundidade e nem se preparado para os desafios que advêm de tal fenômeno. Para eles, é preciso que o contexto exposto seja observado e que uma nova postura, tanto do Estado como da sociedade, seja adotada.

Tabela 1 – Revisão Sistemática de Literatura
 Transição Demográfica e Crescimento/Desenvolvimento Econômico (continuação)

Título	Autor	Ano	Cit.	Objetivos	Resultados Obtidos
A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada a luz da transição demográfica	J. E. D. Alves	2002	56	O autor traz à tona o polêmico debate sobre população e desenvolvimento econômico, ocorrido no século XVIII, entre Malthus e Condorcet. Condorcet acreditava que o crescimento populacional impulsionaria o desenvolvimento econômico, cultural e demográfico – era considerado otimista. Em contrapartida, Malthus entendia que as epidemias, a fome e a guerra eram os meios necessários para conter o crescimento populacional.	A conclusão do trabalho é de que esse debate ainda é válido e atual, deve ser considerado observando o fenômeno da transição demográfica, com a redução das taxas de mortalidade e fecundidade. Um outro ponto importante é que esse debate traz à tona a necessidade de erradicação da pobreza e os limites relativos ao bem-estar e desenvolvimento humano.

Tabela 1 – Revisão Sistemática de Literatura
Transição Demográfica e Crescimento/Desenvolvimento Econômico (continuação)

Título	Autor	Ano	Cit.	Objetivos	Resultados Obtidos
Desenvolvimento desigual: evidências para o Brasil	F. Chein, M. B. Lemos, J. J. Assunção	2007	15	O artigo descreve o processo de desenvolvimento da economia brasileira no período 1970-2000, verificando se existiu convergência ou se regiões se mantiveram excluídas ou foram menos beneficiadas pelos avanços no período.	Os resultados obtidos mostraram que a melhoria dos indicadores ocorreu de maneira a manter a grande diferença existente no período indicado para início da análise. Indicadores de posição ocupacional e serviços de energia elétrica foram exceções. Indicadores de renda, educação e acesso a serviço público demonstraram a diferença, quando não a mantiveram. A metodologia de análise descritiva, utilizada no estudo para determinação das regiões mais ou menos desenvolvidas, concluiu que as divisões territoriais administrativas não coincidem com os atributos e padrões de desenvolvimento utilizados, e que não há sinais de convergência de desenvolvimento no período analisado.
População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica?	J. E. D. Alves, M. A. P. Bruno	2000	33	O objetivo do trabalho é abordar a relação de longo prazo entre crescimento populacional e crescimento econômico, dando ênfase ao crescimento do PIB <i>per capita</i> e observando que o processo de desenvolvimento se dará a partir de medidas mais equitativas. O trabalho atenta-se aos desafios das políticas públicas frente ao fenômeno da transição demográfica e ao bônus demográfico que esse fenômeno propicia.	Configurações estruturais e institucionais precisam ser consideradas a fim de que as tendências demográficas e econômicas estejam alinhadas para que o bônus demográfico do país não se torne ônus demográfico. Caso a mudança na estrutura etária seja aproveitada para aumentar a produção e as taxas de poupança agregadas, o aumento das taxas de poupança significarem maiores taxas de investimento produtivo que possibilitem a elevação da relação capital/trabalho, o aumento da relação capital/trabalho significar elevação da produtividade média do trabalhador, e este aumento da produtividade média significar aumento do conteúdo tecnológico e da eficiência marginal do capital e aumento do salário real dos trabalhadores, esses ganhos forem utilizados para aumentar a riqueza nacional e reduzir os níveis de pobreza, então o Brasil estará aproveitando o primeiro e o segundo bônus demográfico. Entretanto, se o primeiro bônus for desperdiçado, muito provavelmente (mas não necessariamente) o segundo bônus também será.

Tabela 1 – Revisão Sistemática de Literatura
Transição Demográfica e Crescimento/Desenvolvimento Econômico (continuação)

Título	Autor	Ano	Cit.	Objetivos	Resultados Obtidos
O bônus demográfico e o crescimento econômico no Brasil	J. E. D. Alves	2004	32	Comparativo entre os períodos de 1950-1980 e 2000-2030, em que foram consideradas as relações entre demografia e economia e traçadas estimativas para o aproveitamento do bônus demográfico e crescimento econômico no Brasil.	O período de 2000-2030 apresenta taxas mais favoráveis ao crescimento econômico do que no período 1950-1980. Redução das taxas de natalidade e mortalidade infantil, aumento da taxa de dependência, aumento nos anos de estudo das mulheres, bem como a participação feminina no mercado de trabalho – esses e outros indicadores sociodemográficos devem ser observados e analisados para o devido aproveitamento do bônus demográfico e da janela de oportunidades.
A última instância: as instituições são a causa primordial do desenvolvimento econômico?	A. Przeworski	2005	32	O autor aponta que as narrativas utilizadas pelos autores neoinstitucionalistas e os marxistas para explicar o desenvolvimento econômico pouco diferem entre si, apesar de apontarem conclusões diferentes.	O estudo apresenta em sua conclusão que instituições e desenvolvimento são mutuamente endógenos, e o máximo que se pode pretender é identificar seus respectivos impactos.

Tabela 1 – Revisão Sistemática de Literatura
 Transição Demográfica e Crescimento/Desenvolvimento Econômico (continuação)

Título	Autor	Ano	Cit.	Objetivos	Resultados Obtidos
Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho	J. E. D. Alves, D. S. Vasconcelos, A. Alves de Carvalho	2010	30	O estudo expõe como o Brasil tem atravessado o fenômeno de transição demográfica, traça cenários da relação entre população brasileira e economia nas próximas décadas até meados do século XXI.	O estudo é concluído com questões a serem observadas a curto e longo prazo. A curto prazo, aspectos educacionais, não apenas a universalização do ensino, como também a qualidade deve ser observada. A premissa de que maior qualidade leva a maior produtividade deve ser considerada. Aspectos macroeconômicos para o aproveitamento do bônus demográfico também precisam ser considerados. É preciso que as pessoas em idade economicamente ativa trabalhem e produzam. É necessário atrair investimentos, gerar postos de trabalho, abrir a economia, dinamizá-la e inscrevê-la nos polos mais dinâmicos de crescimento econômico, a partir dos avanços tecnológicos recentes e em curso, além de aproveitar os anos do bônus demográfico para acumular poupança e ativos econômicos. Quanto maior a geração de emprego e o grau de sua formalização, maiores serão as chances de se aproveitarem os benefícios da estrutura etária do país. Políticas públicas – implementação de creches devido à participação feminina no mercado de trabalho e clínicas para idosos, a considerar o aumento do número dessa coorte etária. Segundo os autores, as conquistas e ações para o longo prazo dependem das ações do curto prazo. Eles apontam que, devido à distância temporal, é difícil sugerir e até mesmo prever cenários e propor ações, o que se deve a questões culturais e à volatilidade do mercado econômico. Para os autores, no longo prazo, o alvo deve ser a reflexão de que terá sido possível viver melhor e reduzir as desigualdades e pobreza aproveitando o bônus demográfico.

Tabela 1 – Revisão Sistemática de Literatura
 Transição Demográfica e Crescimento/Desenvolvimento Econômico (continuação)

Título	Autor	Ano	Cit.	Objetivos	Resultados Obtidos
Estado de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação?	S. M. Draibe, M. Riesco	2011	28	O trabalho apresenta-se como contribuição aos estudos sobre políticas sociais e desenvolvimento na América Latina. Uma análise das convergências entre políticas sociais e Estado de Bem-Estar Social é apresentada, bem como uma revisão metodológica da evolução dos Estados de Bem-Estar Social e suas relações. Os autores questionam o papel do Estado de Bem-Estar Social frente às estratégias de desenvolvimento adotadas.	Os autores sugerem que, para reduzir as diferenças sociais e econômicas da região, é necessário traçar um ponto de partida e observar a trajetória de desenvolvimento de grupos de países. As duas estratégias de desenvolvimento adotadas na região devem ser consideradas para a adoção de uma terceira, porém esta deve considerar como novas bases para o desenvolvimento as políticas sociais e a democracia.

Tabela 1 – Revisão Sistemática de Literatura
Transição Demográfica e Crescimento/Desenvolvimento Econômico (continuação)

Título	Autor	Ano	Cit.	Objetivos	Resultados Obtidos
Desafios brasileiros no longo prazo	R. Bonelli, J. Fontes	2013	26	O estudo aponta que é necessário alavancar o nível de produtividade para aumentar o nível de produção e bem-estar da população a longo prazo. O texto considera as mudanças demográficas e como elas afetarão o aumento da força de trabalho no futuro.	Conclui que o crescimento será cada vez mais limitado devido às mudanças demográficas, que também afetarão os ganhos de produtividade. Os autores observam que os ganhos de produtividade não se reproduzirão no vácuo, dependem de acumulação de capital fixo e humano por trabalhador, mudanças tecnológicas e inovações, melhorias na logística e infraestrutura e de um amplo conjunto de variáveis institucionais.
Demografia e ideologia: trajetórias históricas e os desafios do Cairo + 10	J. E. D. Alves, S. Corrêa	2003	25	O principal objetivo do trabalho foi o de apresentar uma revisão da polêmica entre população e desenvolvimento ao longo da história. Deu ênfase ao debatido nas Conferências de População e Desenvolvimento realizadas até o momento em que o trabalho foi escrito.	Os autores, ao fim do trabalho, apontaram duas conclusões, ponto de vista político e ponto de vista acadêmico. No primeiro, indicam a importância de se conhecer o debate resultante da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo, em 1994, a fim de não fazer retroceder os avanços já conquistados em termos de discussões sobre gênero, direitos reprodutivos, redução da pobreza e igualdade. No segundo ponto de vista, eles versam sobre a necessidade da evolução dos estudos demográficos, devendo esses sair da dicotomia entre controle ou não da natalidade e focar estudos sobre envelhecimento, impactos da redução da fecundidade, migração e outros. Por fim, conclui que a demografia tem papel importante na melhoria das condições de vida, do progresso econômico e bem-estar social da humanidade.

Tabela 1 – Revisão Sistemática de Literatura
 Transição Demográfica e Crescimento/Desenvolvimento Econômico (continuação)

Título	Autor	Ano	Cit.	Objetivos	Resultados Obtidos
O desenvolvimento econômico brasileiro no pós-guerra	P. C. Ferreira, F. A. Veloiso	2013	18	Traçar uma linha histórica do desenvolvimento econômico brasileiro no pós-guerra, indicando suas implicações econômicas e sociais, além de revisar escolhas político-econômicas – restrições ao comércio internacional, subsídio à acumulação de capital, baixo investimento em educação – que impactaram diretamente nas taxas de desigualdades sociais e baixo crescimento.	Os autores concluem que, em grande medida, o crescimento econômico brasileiro no pós-guerra deve-se à mudança de uma economia rural e agrícola para uma economia urbano industrial. Salientam que uma das características do modelo econômico do pós-guerra é a distorção do ponto de vista da alocação microeconômica e estabilidade macroeconômica acumuladas ao longo do tempo. Outra característica é o baixo investimento educacional e a exclusão econômico-social. A queda da produtividade total dos fatores é apresentada como justificativa para tais resultados. No início do século XXI, o país, a despeito da trajetória que vinha seguindo, apresenta melhoria nos indicadores sociais, aumento da escolaridade média da população e redução significativa da pobreza e das desigualdades.

Tabela 1 – Revisão Sistemática de Literatura
Transição Demográfica e Crescimento/Desenvolvimento Econômico (continuação)

Título	Autor	Ano	Cit.	Objetivos	Resultados Obtidos
O envelhecimento do trabalhador impõe novos desafios as políticas públicas	NH Kreling	2016	15	Analisar as mudanças na composição da força de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre- RS, considerando os impactos da transição Demográfica. A análise centra-se no segmento populacional economicamente ativo, estando mais focada na coorte dos adultos maduros (40 anos ou mais). Uso de informações da PMED de Porto Alegre.	A conclusão do trabalho está pautada na necessidade de se considerar os aspectos demográficos no planejamento de políticas públicas, sendo destacado o envelhecimento populacional e suas consequências, como o maior direcionamento de recursos. A qualificação profissional é abordada, e correlacionada a aspectos educacionais sendo abordada como um requisito essencial para conquista do equilíbrio social, econômico e intergeracional. A autora pontua a necessidade da educação de qualidade do nível básico ao fundamental, a fim de preparar os jovens de hoje que serão a força de trabalho que sustentarão os idosos de amanhã. A necessidade de requalificação profissional para o público mais maduro, a fim de garantir melhores possibilidades e condições de trabalho foi considerada.
The rapid process of aging in Brazil: serious challenges for public policies	LLR Wong, JA Carvalho	2006	13	O presente trabalho discute a rápida transição demográfica pela qual o país está passando, apresenta perspectivas de gastos governamentais a partir das previsões etárias futuras e atenta-se para o aproveitamento das oportunidades geradas pelas mudanças nas estruturas etárias.	De acordo com a conclusão do trabalho a dinâmica demográfica deve ser considerada na definição de políticas públicas, bem como na priorização dos gastos governamentais a fim de garantir ganhos econômicos e sociais a médio e longo prazo. Os autores salientam que muitas recomendações apresentadas no trabalho assemelham-se ao adotado em países desenvolvidos, porém alertam que as particularidades dos países em desenvolvimento, como por exemplo, a rapidez de ocorrência do fenômeno deve ser considerada. Apontam ainda que é papel da sociedade conscientizar-se do pouco tempo disponível para definição e implementação de políticas e planos.

Tabela 1 – Revisão Sistemática de Literatura
Transição Demográfica e Crescimento/Desenvolvimento Econômico (continuação)

Título	Autor	Ano	Cit.	Objetivos	Resultados Obtidos
A Reinvenção da transição demográfica: envelhecer antes de enriquecer?	F. Brito	2010	8	Analisar a aceleração da transição demográfica no Brasil entre 2000-2050 utilizando as projeções do IBGE e traçando um paralelo com indicadores de envelhecimento de países desenvolvidos.	Na conclusão do trabalho, o autor considera que o país apresenta similaridade com o fenômeno da transição demográfica de países desenvolvidos e com índices econômicos e sociais de países em desenvolvimento e desenha um paralelo entre países desenvolvidos e Brasil. Os dados sugerem que o país, quando comparado a países desenvolvidos, está em processo acelerado de transição demográfica, mergulhado em um contexto de fortes desigualdades sociais. Isso significa que o rápido envelhecimento populacional pode ser encarado como um desafio e que a transição demográfica pode ser observada na construção de políticas públicas para alavancar o crescimento econômico e reduzir as fortes desigualdades, a fim de que o enriquecimento ocorra de maneira simultânea ao envelhecimento.
Tendências demográficas e perspectivas futuras da população gaúcha	M. Jardim	2010	7	Analisar as tendências demográficas no estado do Rio Grande do Sul entre 1970-2000. O efeito das estruturas etárias e da distribuição espacial da população também foi observado. A autora ainda traça tendências futuras a partir das projeções populacionais, além de pontuar sobre a razão de dependência e seus efeitos no crescimento econômico.	O artigo conclui que as principais alterações na estrutura populacional do estado do RS devem-se à redução da fecundidade. Tal fenômeno contribuiu significativamente para a redução da participação de jovens e o aumento da população adulta e idosos. Os deslocamentos populacionais, como a redução da intensidade de deslocamento para outros estados, a intensificação de outras formas de mobilidade espacial, como a migração interna, a de retorno e a mobilidade pendular foram observados. A autora aponta que a análise sobre o aproveitamento do bônus demográfico no estado deve ser realizada pela economia, devendo ser observado no futuro se foi considerada para melhoria das condições econômicas e de vida da população.

Tabela 1 – Revisão Sistemática de Literatura
Transição Demográfica e Crescimento/Desenvolvimento Econômico (continuação)

Título	Autor	Ano	Cit.	Objetivos	Resultados Obtidos
Transição Demográfica	J. I. Rangel Rigotti	2012	6	O objetivo principal do artigo é analisar o papel que a dinâmica demográfica poderá exercer sobre a educação da população brasileira nas próximas décadas. A janela de oportunidades é abordada, bem como o envelhecimento populacional e o consequente aumento da razão de dependência.	O autor infere que os dados educacionais apresentados demonstram avanços no que se refere a cobertura e adequação da série à idade no Ensino Fundamental, porém muito há que ser feito em termos de qualidade de todo o ensino básico. Fica demonstrado que a universalização do acesso ao ensino fundamental ocorreu a partir da desaceleração do crescimento populacional. A formação do capital humano, a partir da atenção ao ensino médio e ensino profissionalizante, requer urgente atenção. Não atuar fortemente no ensino médio é perder a chance de qualificar a população economicamente ativa que em breve ingressará no mercado de trabalho. De acordo com o autor, o investimento em capital humano por criança na fase atual da transição demográfica é o que possibilitará o suporte imposto pelos desafios decorrentes do envelhecimento populacional.
População, bem-estar e tecnologia: debate histórico e perspectivas	J. E. D. Alves	2006	6	O objetivo do texto perpassa por uma análise entre transição demográfica e transformações socioeconômicas num contexto de passagem de sociedade predominantemente agrícola e rural para sociedades urbanas industriais. São observados o fenômeno da transição demográfica e seus impactos nas políticas públicas de redução da pobreza.	O autor conclui que a transição demográfica é uma conquista da modernidade, sendo o avanço tecnológico chave nesse processo, por possibilitar o aumento da produtividade do trabalho e elevação da produção por trabalhador, criando condições para uma entrada mais tardia e retirada temporã do mercado de trabalho. O autor chama a atenção para o fato de que, se a relação entre progresso técnico favoreceu o crescimento populacional e vice-versa, outras variáveis precisam ser analisadas em um modelo holístico. De acordo com ele, cada vez mais é necessário conhecer os riscos e as vulnerabilidades do padrão de consumo atual. Ele conclui que a racionalidade humana será capaz de observar suas limitações e reverter as transformações técnicas e sociais respeitando a biodiversidade da vida terrestre.

Tabela 1 – Revisão Sistemática de Literatura
Transição Demográfica e Crescimento/Desenvolvimento Econômico (continuação)

Título	Autor	Ano	Cit.	Objetivos	Resultados Obtidos
Dinâmica demográfica do Paraná: tendências recentes, perspectivas e desafios	M. V. Magalhães, A. P. de Ulhôa Cintra	2012	6	Apresentar a dinâmica demográfica no estado paranaense nas últimas décadas, dando enfoque às alterações e diversidades regionais.	A variável migratória tem grande relevância para a dinâmica demográfica paranaense. Os autores salientam o acelerado processo de envelhecimento no estado, indicando que esse fenômeno acarreta mudanças na economia, no mercado de trabalho, nas questões previdenciárias, nos sistemas educacionais e de saúde, bem como no planejamento de políticas públicas e prestação de serviços públicos e privados.
Evolução populacional do Brasil: uma visão demográfica	C. Tibulo, V. Carli, A. I. S. Dullius	2012	5	Traçar panorama do envelhecimento populacional no país, chamar a atenção para o aproveitamento do bônus demográfico e a reavaliação de políticas públicas, principalmente as de educação, saúde, avanços sociais e previdenciários.	Os autores concluem que o envelhecimento populacional apresenta-se como uma oportunidade de crescimento e melhoria do bem-estar social da população brasileira, porém, para que essa conclusão seja real, é necessário que o contingente de população em idade ativa, e consequentemente idade economicamente ativa, receba os investimentos adequados para que o capital humano seja devidamente aproveitado. Além disso, esses investimentos precisam ser avaliados, reaproveitados e, quando necessário, redirecionados para que, assim, todas as idades da população brasileira recebam a atenção necessária e o bem-estar para todas as faixas etárias seja concretizado.

Tabela 1 – Revisão Sistemática de Literatura
 Transição Demográfica e Crescimento/Desenvolvimento Econômico (continuação)

Título	Autor	Ano	Cit.	Objetivos	Resultados Obtidos
O fim do bônus demográfico e o processo de envelhecimento no Brasil	J. E. D. Alves	2015	4	O artigo pretende apresentar a evolução do envelhecimento da população brasileira ao longo das últimas décadas, o aproveitamento do bônus demográfico, que caminha para seu fim, além de apontar as influências do mercado no aproveitamento desse bônus, que, dependendo das medidas adotadas, pode tornar-se ônus.	O autor aponta que houve ganhos significativos em relação ao aproveitamento do bônus demográfico, porém a recente crise financeira e a estagnação do mercado de trabalho tendem ao não aproveitamento do espaço temporal restante desse bônus.
Interações entre economia e demografia: as previsões da teoria e o caso brasileiro	A. Sartoris, J. M. Souza	2004	3	Discutir a relação entre economia e demografia. Os autores apontam que a transição demográfica, tendo sido apresentada a transição da fecundidade, pode ser interpretada à luz dos modelos e teorias econômicas. Uma breve análise a respeito do fenômeno da transição demográfica no Brasil é apresentada.	A conclusão do trabalho aponta que o fenômeno da transição demográfica ocorre de maneira distinta no Brasil, situação que pode ser atribuída a aspectos culturais e sociais. Os autores concluem que aplicar modelos econômicos aos estudos sobre população é forma de oferecer uma linguagem matematizada aos estudos. Por fim, argumentam que os estudos sobre população devem seguir a linha de estudos econômicos e incluir a variável instituições. Os autores entendem que, assim, o caso brasileiro acerca do fenômeno da transição demográfica poderá ser explicado mais adequadamente.

Tabela 1 – Revisão Sistemática de Literatura
Transição Demográfica e Crescimento/Desenvolvimento Econômico (continuação)

Título	Autor	Ano	Cit.	Objetivos	Resultados Obtidos
Perspectivas demográficas do Brasil no próximo milênio	D. Fernandes	2009	3	O objetivo do artigo é traçar uma análise histórica do fenômeno da transição demográfica, como tem ocorrido no Brasil, a redução da fecundidade e as principais alterações na estrutura etária da população.	O autor conclui que as principais alterações na estrutura etária populacional apontam para três caminhos: a necessidade de redirecionamento dos gastos educacionais a fim de propiciar melhor qualificação da população jovem, que em breve ingressará um mercado de trabalho cada vez mais competitivo; a crescente participação feminina no mercado de trabalho, o que demanda novas políticas para os cuidados infantis, principalmente de crianças de 0 a 4 anos; e, por fim, o envelhecimento populacional, que deve propiciar a criação de uma cultura da terceira idade, com idosos tendo seus direitos garantidos e efetivados.
Inserção dos jovens no mercado de trabalho	Aldo Santos, D. Gimenez	2015	3	O trabalho tem por objetivo apresentar uma análise sobre a inserção do jovem no mercado de trabalho, em um período (2004-2015) de retomada do crescimento econômico, avanços sociais e avanços no mercado de trabalho brasileiro. As recentes alterações econômicas são abordadas, bem como o ritmo de desaceleração na geração de empregos.	No período 2004-2012, as evidências demonstram que avanços foram feitos em relação à inserção do jovem no mercado de trabalho, avanços resultantes do crescimento econômico e do desenvolvimento socioeconômico resultante das diversas políticas públicas desenvolvidas no período. O autor destaca que, nesse período, a pressão pela entrada do jovem no mercado de trabalho diminuiu devido à melhoria das condições de emprego e de renda das famílias. Por outro lado, afirma o autor que o atual cenário econômico aponta para o estrangulamento das políticas sociais e proteção social dos jovens, o que possivelmente desencadeará uma procura de emprego intensa pelos jovens brasileiros, os quais estarão mais necessitados e desprotegidos frente a um mercado de trabalho em regressão.

Tabela 1 – Revisão Sistemática de Literatura
 Transição Demográfica e Crescimento/Desenvolvimento Econômico (continuação)

Título	Autor	Ano	Cit.	Objetivos	Resultados Obtidos
Impactos do declínio do bônus demográfico sobre a oferta de mão de obra e o crescimento econômico no período 2014-2030	J. R. C. Souza Junior, P. M. Levy	2014	2	Analisar as possíveis implicações da dinâmica demográfica sobre a oferta de mão de obra até o ano de 2030.	De acordo com os autores, o crescimento da força de trabalho superior ao crescimento da população total, a partir da década de 1970, permitiu que a renda <i>per capita</i> continuasse crescendo, mesmo com a produtividade expandindo-se de maneira lenta. Essa situação se extinguirá nas próximas décadas, trazendo um desafio em termos de crescimento a longo prazo. Taxas de crescimento elevadas são dependentes das taxas de investimento, e os baixos níveis de poupança doméstica afetam essa dependência, porém esses níveis poderiam ser incrementados com o aumento da expectativa de vida e amadurecimento da força de trabalho, que dependem de incentivos direcionados aos mecanismos de transferências intergeracionais.
A taxa de fecundidade no RS por regiões funcionais e características socioeconômicas: o desafio da transição demográfica	P. T. Zuanazzi	2015	2	Estimar a taxa de fecundidade no estado do RS no período 2000-2010, observar os estratos socioeconômicos e os principais impactos da dinâmica analisada nas políticas públicas.	O autor aponta para a redução da Taxa de Fecundidade Total das gaúchas no período, indicando que a redução se aproxima dos índices de países desenvolvidos. Os resultados apresentados no trabalho corroboram a literatura que trata sobre a relação inversa entre fecundidade e renda <i>per capita</i> : no estado do RS, as gaúchas com maior poder aquisitivo são as que apresentam menor número de filhos. O autor conclui que os efeitos da redução da taxa de natalidade também devem ser considerados nos debates sobre transição demográfica e políticas públicas, além de políticas de educação, saúde, previdenciária e trabalho. Discussões sobre políticas de incentivo à natalidade precisam ser iniciadas.

Tabela 1 – Revisão Sistemática de Literatura
 Transição Demográfica e Crescimento/Desenvolvimento Econômico (continuação)

Título	Autor	Ano	Cit.	Objetivos	Resultados Obtidos
População, trabalho e desenvolvimento no Brasil, oportunidades e desafios	C. S. Dedecca	2010	2	O trabalho tem por objetivo apresentar as vantagens do crescimento, emprego e renda na primeira década do século XXI, além de propiciar o debate acerca dos principais limites e desafios para manutenção desse crescimento.	O autor conclui o trabalho explicitando que o país possui uma janela de oportunidade econômica, social e demográfica que precisam estar alinhadas para a redução das desigualdades e da pobreza. Ele aponta que, no decorrer da década, devido à conciliação das políticas públicas econômicas e de proteção sociais, conquistas foram efetivadas, como aumento do emprego formal, correção do salário mínimo, programa de distribuição de renda, ações que impactaram o aumento da renda, mas foram insuficientes para impactar o quadro de desigualdades da sociedade brasileira.
Os desafios ao desenvolvimento econômico-social colocados pela dinâmica demográfica	A. T. R de Oliveira	2013	1	O objetivo do trabalho é elencar os principais desafios impostos pela dinâmica demográfica na construção de uma sociedade mais justa com desenvolvimento econômico e social e acesso aos serviços públicos.	O autor conclui que um prazo considerável da janela de oportunidades resultante do período da transição demográfica já foi desperdiçado, porém ainda há tempo para políticas educacionais que promovam a capacitação da força de trabalho jovem a fim de garantir a inovação, bem como de uma mudança de postura em relação ao sistema de proteção social.

Tabela 1 – Revisão Sistemática de Literatura
 Transição Demográfica e Crescimento/Desenvolvimento Econômico (continuação)

Título	Autor	Ano	Cit.	Objetivos	Resultados Obtidos
Transição demográfica, acumulação de capital e progresso tecnológico: desafios para o crescimento brasileiro	J. B. Pereima, A. Porsse	2013	1	O trabalho discute a relação entre transição demográfica e crescimento das economias. A construção de um paralelo entre países desenvolvidos e Brasil permite a comparação da ocorrência do fenômeno da transição demográfica entre os países. Os principais limites e desafios brasileiros foram elencados.	Os autores demonstram, a partir da estimativa não paramétrica e do uso do método Kernel-Epanechnikov, a relação entre a razão de dependência de idosos, taxa de poupança, de investimento e crescimento do PIB para 140 países. O resultado demonstra que, ao atingir a razão de dependência de 8%, a taxa de crescimento começa a cair, e ao atingir a razão de 12%, as taxas de investimento e poupança também caem. Os autores concluem que o crescimento econômico no futuro dependerá de políticas e programas que preparem as bases para uma economia não apenas de acumulação de capital, mas também baseada em inovação.
Industrialização e transição demográfica no Brasil	J. V. A. Plá	2013	1	Com base no modelo teórico de transição demográfica (THOMPSON, 1929, e DAVIS, 1945), o autor apresenta uma reflexão em que elenca interfaces entre o processo de industrialização brasileira, crescimento populacional e transição demográfica.	O autor conclui o trabalho elucidando a necessidade brasileira de uma política que congregue melhoria da distribuição do produto e que promova o equilíbrio demográfico.

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

3 METODOLOGIA

De acordo com Demo (1995), a metodologia trata de procedimentos, ferramentas e caminhos, da forma de se fazer ciência, a qual a tem como propósito captar e manipular a realidade. Para o autor, a metodologia é a forma de se fazer isso.

3.1 MÉTODO ESCOLHIDO PARA PESQUISA

3.1.1 Método de Abordagem: Indutivo

Silva (2001) afirma que o método indutivo parte da generalização e suas relações com casos concretos. Trata-se de um método científico criado por Hobbes, Bacon, Locke e Hume. Lakatos e Marconi (2003) afirmam que a adoção desse método exige do pesquisador a abstenção de pré-julgamentos e concentração nas informações obtidas a partir da percepção individual. Para as autoras, a construção do conhecimento é resultante da constatação das evidências de casos analisados a partir de hipóteses construídas através da cuidadosa análise da relação entre os fatos estudados.

Assim, de acordo com os conceitos apresentados, a utilização do método de abordagem indutivo para pesquisa é justificável por ser uma pesquisa referente à relação entre fenômenos: a transição demográfica e o desenvolvimento socioeconômico.

3.1.2 Método de Procedimento

Gil (2008) esclarece que a definição dos métodos de procedimento é uma maneira de garantir objetividade à pesquisa realizada, e definir a forma de coleta e análise dos dados direciona os caminhos a serem percorridos para o estudo. Provdanov e Freitas (2013) corroboram esse entendimento e acrescentam que os métodos estão relacionados às técnicas de pesquisa e etapas da investigação, além de delimitar os procedimentos técnicos dentro de uma área de conhecimento específica.

De acordo com Provdanov e Freitas (2013), vários são os métodos utilizados nas ciências sociais, muitas vezes combinados. Segundo eles, nas ciências sociais, os métodos de procedimento mais adotados são o histórico, o experimental, o observacional, o comparativo, o estatístico, o clínico e o monográfico, também chamado de estudo de caso.

A partir do que foi exposto, foi utilizado como método de procedimento o estudo de caso, que, de acordo com Yin (2015), é o método de pesquisa mais indicado para a investigação de um contexto real e que conta com a possibilidade de produzir o entendimento de fenômenos sociais complexos.

3.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

De acordo com Provdanov e Freitas (2013), a pesquisa científica tem por objetivo aprofundar o estudo de aspectos relacionados a determinado assunto. Para isso, são necessários planejamento, métodos e adoção de postura crítica. Koche (2011) complementa esse entendimento ao esclarecer que o planejamento de pesquisa está sujeito ao problema, ao objeto de pesquisa e também ao nível de conhecimento do pesquisador.

Provdanov e Freitas (2013) esclarecem que as pesquisas são classificadas de diversas maneiras. As formas mais clássicas são quanto à natureza, aos objetivos e aos procedimentos, e nessas classificações existem delimitações. Quanto à natureza, as pesquisas dividem-se entre básicas ou aplicadas. Em relação aos objetivos, as pesquisas são categorizadas como exploratórias, descritivas e explicativas. E, por fim, sob o aspecto dos procedimentos, as pesquisas podem ser divididas em documental, bibliográfica, experimental, operacional, estudo de caso, pesquisa ação, pesquisa participante, pesquisa *ex-post* fato. Silva e Menezes (2005) complementam essa classificação ao incluir a forma de abordagem do problema.

Gil (2002) e Vergara (2007) utilizam formas semelhantes para classificação de pesquisas. O autor classifica a pesquisa quanto aos seus objetivos e procedimentos técnicos utilizados, e por modalidades: exploratórias, descritivas, explicativas. A autora classifica a pesquisa quanto aos fins e quanto aos meios, e por uma modalidade aplicada e intervencionista.

De acordo com os apontamentos realizados, quanto à sua natureza a presente pesquisa está classificada como pesquisa aplicada. A característica principal dessa pesquisa é a aplicação, utilização e as consequências práticas do seu conhecimento (GIL, 2008).

A forma de abordagem do problema está classificada entre pesquisas quantitativas e qualitativas. Silva (2001) defende que, enquanto as pesquisas quantitativas são embasadas em uso de técnicas de estatística e considera que tudo pode ser quantificado, as pesquisas qualitativas têm como premissa a interpretação de fenômenos e delimitação de significados, e é sempre uma pesquisa descritiva.

Ao observar que o problema de pesquisa apresenta tanto elementos passíveis de uma análise qualitativa e quanto de uma análise quantitativa, a presente pesquisa, quanto à abordagem do problema, é quali-quantitativa.

A classificação quanto aos objetivos está subdividida em pesquisa exploratória, descritiva e explicativa. A pesquisa exploratória refere-se a assuntos pouco estudados; a descritiva está relacionada ao processo de registro e descrição dos fatos, sem interferências; e, por fim, a pesquisa explicativa refere-se a explicações das relações causa e efeito (PROVDANOV; FREITAS, 2013; SILVA, 2001).

Provdanov e Freitas (2013) esclarecem que, nas pesquisas descritivas, não há interferência do pesquisador, que apenas observa, analisa e interpreta o fenômeno estudado. As pesquisas descritivas normalmente são utilizadas para estudos nas ciências sociais (GIL, 2008; PROVDANOV; FREITAS, 2013). Nesse sentido, com relação aos objetivos de pesquisa, a pesquisa é classificada como descritiva.

Em relação à classificação quanto aos procedimentos técnicos, Provdanov e Freitas (2013) explicam que tal classificação refere-se ao delineamento da pesquisa e auxilia o pesquisador tanto na fase de coleta como na de análise dos dados coletados. Gil (2008) também compreende que se trata do delineamento da pesquisa, que significa a pesquisa em um aspecto mais amplo, e que compreende, além de sua fase de diagramação, a interpretação e análise dos dados obtidos. De acordo com esses autores, a classificação quanto aos procedimentos técnicos pode ser: pesquisa bibliográfica, documental, experimental, levantamento, estudo de caso, *ex post facto* e pesquisa ação.

Gil (2008) aponta que essa classificação não pode ser adotada de maneira rígida, pois algumas vezes uma combinação de modelos pode ser adotada em uma mesma pesquisa. Essa visão é corroborada por Vergara (2007), que entende que os tipos de pesquisa não são excludentes, pois uma mesma pesquisa pode assumir caráter de pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso.

Provdanov e Freitas (2013) apontam que a pesquisa documental pode ser confundida com a pesquisa bibliográfica, porém Gil (2008) esclarece que a única diferença entre elas é a fonte de informação: enquanto a primeira utiliza várias contribuições teórico-científicas, a segunda compreende documentos que ainda não foram analisados e podem ser adequados ao objetivo de pesquisa.

O estudo de caso, segundo Yin (2001), deve ser a metodologia escolhida para análise de acontecimentos contemporâneos, especialmente quando os limites entre fenômenos e o contexto no qual estão inseridos não estejam claros. De acordo com ele, o estudo de caso

representa um método abrangente que tem lógica de planejamento, coleta e análise de dados, podendo ser estudo de caso único ou múltiplos e apresentar abordagens qualitativas ou quantitativas.

Nesse sentido, este trabalho adotou, quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa documental e o estudo de caso.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A fase de coleta de dados exige do pesquisador paciência, persistência, disciplina e planejamento. São diversos os procedimentos existentes para a coleta de dados: coleta documental, observação, história de vida, formulário, testes, análise de conteúdo, dentre outros. O instrumento escolhido deve adequar-se à forma de abordagem do problema de pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2003; SILVA, 2001).

Por se tratar de uma análise documental – relatórios de institutos não governamentais e governamentais, uma análise em bases de dados existentes e consolidadas, como, por exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério da Saúde (MS) –, o instrumento de coleta de dados será classificado como fontes secundárias de dados, ou seja, a utilização de dados pré-existent.

A principal base de dados a ser utilizada é o Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra, que disponibiliza gratuitamente dados agregados de diversas pesquisas sobre emprego, população, território, contas nacionais, dentre outras realizadas pelo IBGE ao longo dos anos. Abrange 33 pesquisas, 371 variáveis agregadas, 972 tabelas e 615 milhões de variáveis. Os dados podem ser extraídos a partir de séries temporais e por níveis territoriais, permitindo assim análises da evolução de um fenômeno ao longo do tempo e por determinada localidade.

3.4 ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados foi realizada de forma quantitativa e qualitativa, de acordo com o objetivo de pesquisa, que correlaciona as variáveis transição demográfica e o desenvolvimento socioeconômico. Observou-se se o considerado pelos autores descritos no referencial teórico pôde ser verificado no Distrito Federal.

As fases da transição demográfica foram observadas pelo comportamento das taxas de natalidade e mortalidade no Distrito Federal, apresentadas por séries temporais. O

desenvolvimento socioeconômico foi analisado a partir de dimensões diversas, como educação, renda, trabalho, acesso a serviços de abastecimento de água, iluminação elétrica, dentre outros.

A relação entre os fenômenos da transição demográfica e desenvolvimento socioeconômico foi considerada a partir da inter-relação entre variáveis diversas, como taxa de fecundidade e renda *per capita*, população economicamente ativa e taxa de desemprego, dentre outras. A Tabela 2 apresenta as variáveis e seus respectivos significados, que foram utilizadas na análise para relacionar os fenômenos da transição demográfica e do desenvolvimento econômico.

Tabela 2 – Variáveis utilizadas para análise de dados da inter-relação entre transição demográfica e desenvolvimento socioeconômico

Variável	Significado
Idoso	Para atender ao parâmetro da Política Nacional do Idoso – Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, idoso será considerado pessoa com 60 anos ou mais.
População Potencialmente Produtiva	Seguindo o parâmetro de definição de população idosa – população acima de 60 anos –, o estrato de população potencialmente produtiva considerado no trabalho é o de pessoas entre 15 e 59 anos.
População Economicamente Ativa (PEA)	Número de habitantes em idade ou condições físicas para exercer alguma ocupação no mercado de trabalho. A delimitação da idade varia entre os países – aqui será considerado o mesmo que para a população potencialmente produtiva.
População Ocupada	É uma das variações da PEA e refere-se aos que possuem algum ofício no período de referência, podendo ser remunerado ou não.
População Desocupada	Grupo de pessoas que não possuem emprego, estão aptas para trabalhar e realizaram esforço para tal.
População Não Economicamente Ativa (PNEA)	Pessoas que não estão classificadas como ocupadas ou desocupadas. São as que não têm idade, interesse ou condições de exercer algum ofício.
População em Idade Ativa (PIA)	É a soma da População Economicamente Ativa (PEA) e da População Não Economicamente Ativa (PNEA).
Razão de Dependência	Relação entre o segmento populacional potencialmente dependente (menores de 15 anos e maiores de 60 anos) e o segmento produtivo (entre 15 e 59 anos). Pode ser dividida em razão de dependência jovem e razão de dependência dos idosos.
Taxa Bruta de Natalidade (TBN)	Corresponde ao número de nascidos vivos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Taxa Bruta de Mortalidade (TBM)	Número total de óbitos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Taxa de Fecundidade Total (TFT)	Número médio de filhos que uma mulher deverá ter ao final de seu período reprodutivo.
Taxa de Desemprego	Percentual da população residente economicamente ativa que se encontra sem trabalho na semana de referência, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Rendimentos Médios dos Ocupados	Média dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas.
Produto Interno Bruto (PIB) <i>per Capita</i>	Valor médio agregado por indivíduo, em moeda corrente e a preços de mercado, dos bens e serviços finais produzidos em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Mede a produção do conjunto dos setores da economia por habitante e indica o nível de produção econômica em um território, em relação ao seu contingente populacional.

Tabela 2 – Variáveis utilizadas para análise de dados da inter-relação entre transição demográfica e desenvolvimento socioeconômico (continuação)

Variável	Significado
Renda Média Domiciliar <i>per Capita</i>	É a média das rendas domiciliares <i>per capita</i> das pessoas residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Mede a capacidade de aquisição de bens e serviços dos moradores do domicílio.
Índice de Gini	Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i> . Seu valor é 0 quando não há desigualdade (a renda domiciliar <i>per capita</i> de todos os indivíduos tem o mesmo valor) e tende a 1 à medida que a desigualdade aumenta. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.
Índice de Theil	Mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i> , excluídos aqueles com renda domiciliar <i>per capita</i> nula. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica da renda domiciliar <i>per capita</i> dos indivíduos, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre eles e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo.

Fonte: Elaboração da Autora (2017) – IBGE e Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

3.4.1 Correlações

Viali (2016) esclarece que o estudo do comportamento de variáveis pode ocorrer de forma experimental ou correlacional. A forma experimental significa atribuir valores às variáveis e observar seu comportamento, enquanto a forma correlacional refere-se à observação de como as variáveis se comportam, sem nenhuma interferência, o que se aplica à presente pesquisa.

O estudo entre variáveis denomina-se correlação e regressão. Quando direcionado para duas variáveis, é denominado correlação e regressão simples; quando relacionado a três ou mais variáveis, correlação e regressão múltiplas. A diferença entre correlação e regressão consiste na função de cada uma delas: enquanto a correlação observa o grau de relacionamento linear entre as duas variáveis, a regressão fornece uma equação para descrever o comportamento de uma das variáveis em relação ao comportamento da outra (SMILES, McGRANE, 2002; SILVER, 2000).

De acordo com Viali (2016), a medida numérica que representa a correlação entre as variáveis é denominada coeficiente de correlação, que também é conhecido como coeficiente de Pearson e calculado pela fórmula

$$r = \frac{n \sum xy - (\sum x)(\sum y)}{\sqrt{[n \sum x^2 - (\sum x)^2]} \sqrt{[n \sum y^2 - (\sum y)^2]}}$$

Onde:

n = número dos pares de observações

x = variável independente (seria a base do estudo)

y = variável dependente (supõe ser influenciada pela variável x)

Para melhor análise do coeficiente, dois pontos precisam ser observados: o sentido e a intensidade da correlação. A correlação, quanto ao sentido, pode ser positiva ou negativa. Isso significa que, quando as variáveis X e Y variam de forma simultaneamente proporcionais, há uma correlação positiva, e quando variam de forma inversamente proporcionais, uma correlação negativa. O valor numérico do coeficiente de correlação (r) varia de -1 a 1, ou seja, a intensidade da correlação estará compreendida no intervalo $[-1, +1]$. Caso o cálculo de r resulte em 0 (zero), significa que não existe correlação entre as variáveis (VIALI, 2016).

A Tabela 3 indica a escala de valores para análise da intensidade das correlações.

Escala de Valores	Tipo de Correlação
[-1,00]	Correlação negativa perfeita
[-1,00,-0,80]	Correlação negativa muito alta
[-0,80,-0,60]	Correlação negativa alta
[-0,60,-0,40]	Correlação negativa moderada
[-0,40,-0,20]	Correlação negativa baixa
[-0,20,-0,00]	Correlação negativa muito baixa
[0,00]	Correlação nula
[0,00,+0,20]	Correlação positiva muito baixa
[+0,20,+0,40]	Correlação positiva baixa
[+0,40,+0,60]	Correlação positiva moderada
[+0,60,+0,80]	Correlação positiva alta
[+0,80,+1,00]	Correlação positiva muito alta
[+1,00]	Correlação positiva perfeita

Fonte: Bisquerra, Sarriera e Martínez (2009)

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 PANORAMA DO DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal é a unidade da federação que abriga a capital do país, Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960. Muitas vezes, o conceito Distrito Federal e a cidade de Brasília são compreendidos como uma única unidade, porém Brasília é a capital federal e uma das regiões administrativas do Distrito Federal.

De acordo com a Codeplan (2013), a localização exata do Distrito Federal está entre os paralelos 15°30' e 16°03' de latitude sul e os meridianos de 47°25' e 48°12' de longitude WGr, na Região Centro-Oeste, no centro do país e centro-leste do estado de Goiás. É limitado por retas ao norte e ao sul. Ao norte, faz limite com os municípios de Planaltina, Padre Bernardo e Formosa; ao sul, limita-se com os municípios goianos Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama, Valparaíso de Goiás e Cristalina; a leste, com Cabeceira Grande, município do estado de Minas Gerais, e Formosa, pertencente ao estado de Goiás; a oeste, com os municípios de Padre Bernardo e Santo Antônio do Descoberto, pertencentes ao estado de Goiás. O IBGE, em seu sítio eletrônico oficial, informa que a área do Distrito Federal é de 5822 km².

O Distrito Federal está dividido em Regiões Administrativas. O sítio eletrônico oficial informa que atualmente existem 31 regiões administrativas, que não são municípios. Brasília, a capital do país, como relatado, é considerada uma dessas regiões.

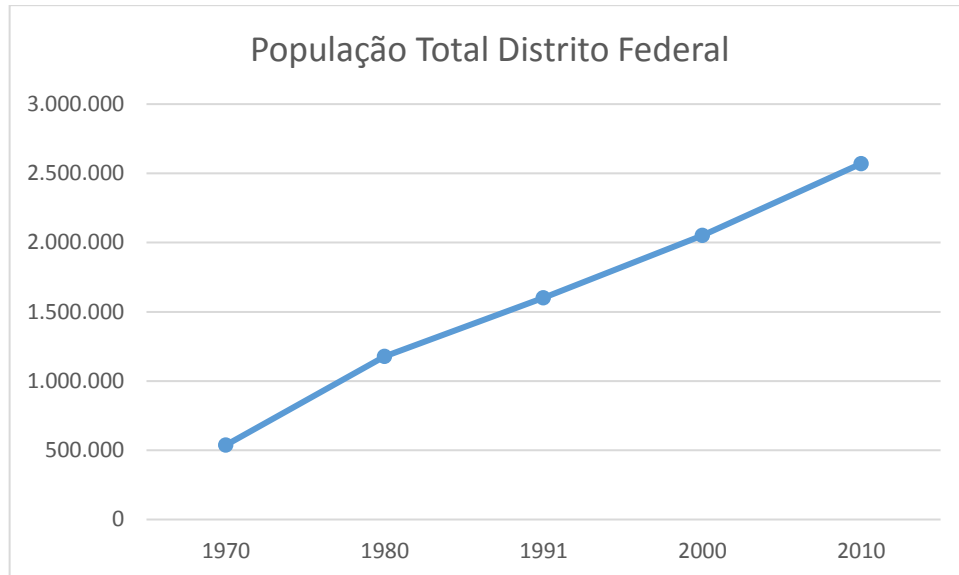
A obtenção de dados que caracterizem o Distrito Federal, de acordo com cada uma das regiões administrativas, com suas particularidades e distinções das demais unidades da federação, é exaustiva e, por vezes, impossível, devido à inexistência de dados que apresentem as regiões administrativas nas diversas bases de dados nacionais. Tal situação é explicada pela questão territorial do Distrito Federal, que não possui municípios, como as demais unidades da federação, e por questões de embate territorial com a União. Diante disso, os dados utilizados na pesquisa caracterizam o Distrito Federal como um todo, não considerando nuances específicas a cada uma das regiões administrativas.

A dificuldade de obtenção ou inexistência de dados relacionados ao Distrito Federal limitou o escopo da análise temporal da pesquisa, que num primeiro momento utilizará dados relacionados aos Censos Demográficos e, num segundo momento, utilizará dados relacionados à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

4.2 POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Após quase sessenta anos, são perceptíveis as modificações da população do Distrito Federal. O Gráfico 1 demonstra o crescimento populacional.

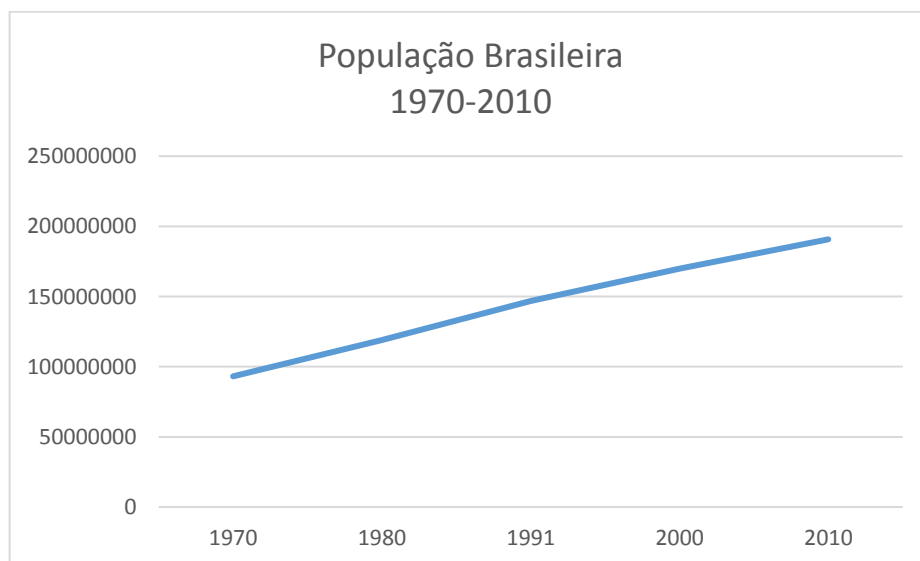
Gráfico 1 – População Total do Distrito Federal



Fonte: Elaboração da autora (2017) – Dados IBGE: Censos demográficos 1970-2010

Em 2010, a população do DF era de 2.570.160 habitantes, quase quatro vezes a população existente em 1970. A população brasileira também apresentou crescimento no mesmo período, praticamente duplicando seu quantitativo entre 1970-2010, como está apresentado no Gráfico 2.

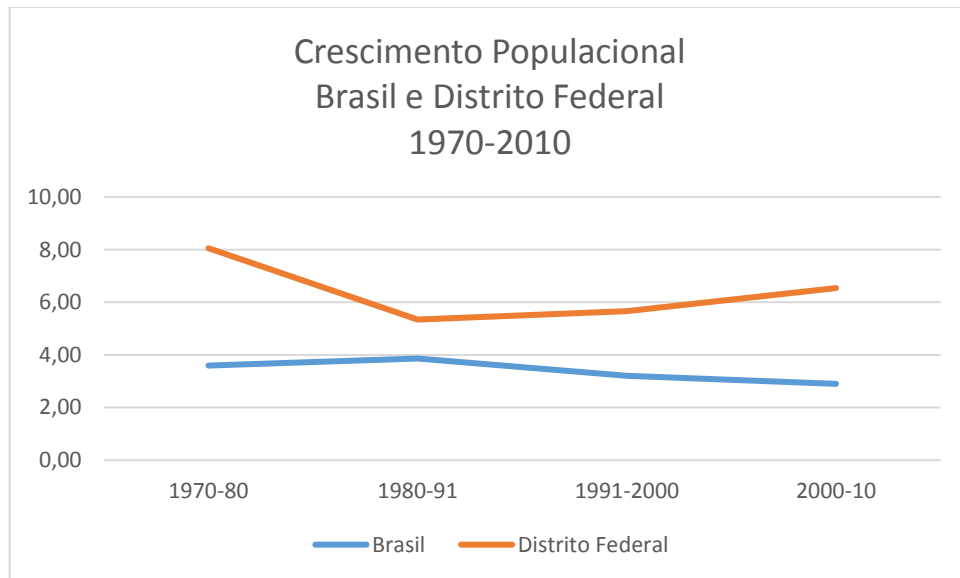
Gráfico 2 – População Brasileira 1970-2010



Fonte: Elaboração da autora (2017) – Dados IBGE: Censos demográficos 1970-2010

O crescimento populacional no DF foi maior do que o ocorrido com a população brasileira, em termos proporcionais, de acordo com o demonstrado no Gráfico 3.

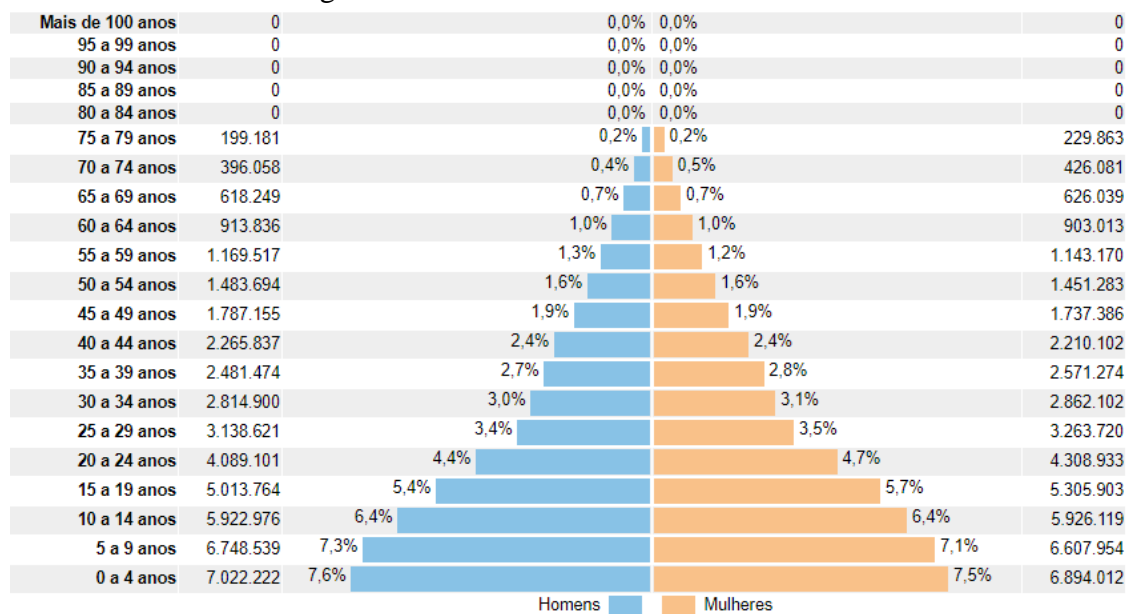
Gráfico 3 – Crescimento Populacional Brasil e Distrito Federal (1970-2010)



Fonte: Elaboração da autora (2017) – Dados IBGE: Censos demográficos 1970-2010

Mesmo que esse crescimento tenha acontecido tanto no nível nacional como no distrital, é importante chamar a atenção para as mudanças ocorridas nesse período, salientando que a pirâmide etária, que na década de 1970 pregava a explosão demográfica e caracterizava o país como um país jovem, foi modificada, como é possível verificar nas Figuras 1 e 2, apresentadas a seguir.

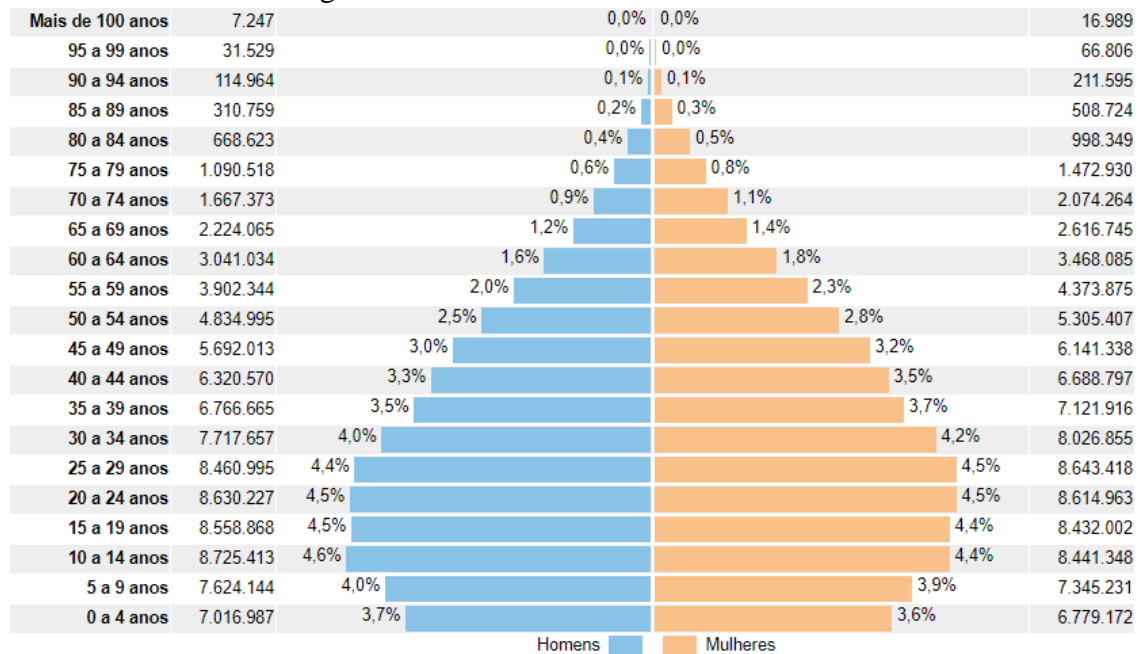
Figura 1 – Pirâmide Etária Brasileira – 1970



Fonte: IBGE: Censos demográficos 2010

Plá (2013) aponta que o processo de industrialização da sociedade brasileira e a transformação de uma sociedade essencialmente agrícola para uma sociedade urbanizada são fatores que impactaram a dinâmica demográfica brasileira.

Figura 2 – Pirâmide Etária Brasileira – 2010



Fonte: IBGE: Censos demográficos 2010

As Figuras 1 e 2 evidenciam as mudanças na estrutura populacional brasileira ao longo dos anos e corroboram os escritos de Wong e Carvalho (2006), Kreling (2016), Brito (2010), Tibulo et al. (2012). Esses autores indicaram que as mudanças na estrutura populacional brasileira, que já ocorreram e que ainda estavam em andamento, demandavam esforços no sentido de revisão e adequação de diversas políticas públicas.

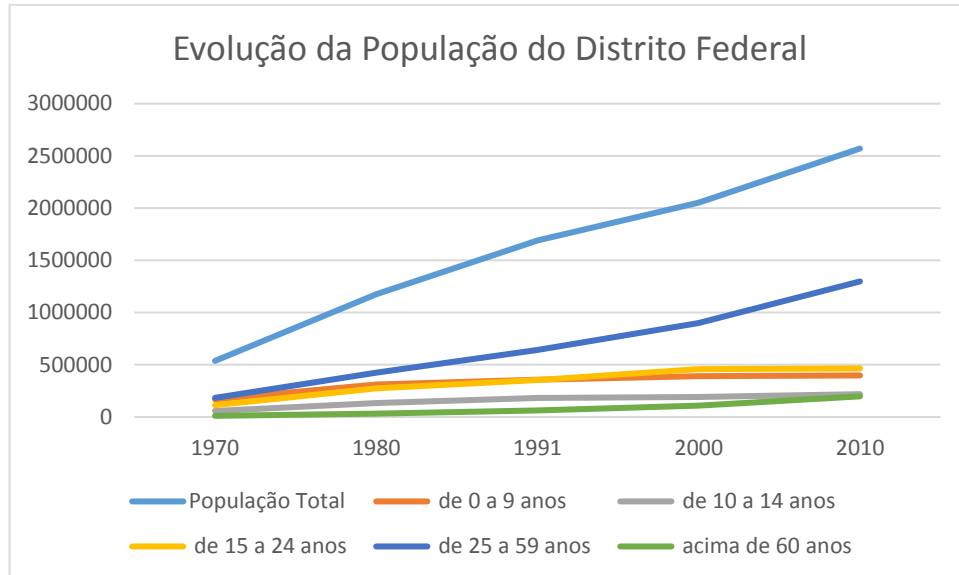
Os gráficos já apresentados indicaram que o crescimento da população do Distrito Federal acompanhou o ritmo de crescimento da população brasileira. O Gráfico 3 trata das mudanças na estrutura etária da população do Distrito Federal ao longo dos anos.

As mudanças na estrutura etária populacional são abordadas em vários estudos que tratam sobre o bônus demográfico: Alves (2015), Tibulo et al. (2012), Rigotti (2012), Souza-Júnior; Levy (2014). De acordo com esses trabalhos, o maior contingente da População Economicamente Ativa – PEA, representado pela coorte de 15 a 59 anos, possibilita geração de poupança e riquezas para sustento aos considerados dependentes, que seriam as crianças, coorte de 0 a 14 anos, e os idosos, coorte acima de 60 anos.

Em 1970, a PEA representava 21,17% da população total do Distrito Federal, e em 2010 esse percentual atinge 18,12%. Importante observar que, no período 1970-2000, a PEA

não sofre alterações tão bruscas, e em 2000, atinge o percentual de 22,3%, o decréscimo ocorre na década 2000 a 2010.

Gráfico 4 – Evolução da População do Distrito Federal



Fonte: Elaboração da autora (2017) – Dados IBGE: Censos demográficos 1970-2010

As análises e projeções sobre bônus demográfico e janela de oportunidades (ALVES, 2004, 2008a, 2015) versam que o bônus demográfico tem data de início e fim, e que seu término é caracterizado pelo início do envelhecimento populacional.

Ao observar como tem crescido a população idosa no Distrito Federal, ao longo das últimas décadas, verifica-se que, diferentemente da queda ocorrida na PEA, a população idosa sofreu um pequeno acréscimo de 5,55%.

De acordo com o IBGE (2016), a expectativa de vida do brasileiro ao nascer é de 75,5 anos, e o Distrito Federal apresenta índice de 77,8 anos, acima da média nacional. Dessa maneira, as observações sobre a redução da PEA e a expectativa de vida do brasileiro e as ponderações acerca do bônus demográfico necessitam de análise e atenção.

A temática relacionada ao bônus demográfico não pode ser observada de maneira isolada, é preciso que o fenômeno da transição demográfica, tratado por Alves (2002, 2008b), Brito (2010), Wong e Carvalho (2006), Carvalho e Brito (2005), dentre outros, seja considerado.

O entendimento comum entre esses autores é de que a transição demográfica é um fenômeno que representa a relação entre as taxas de natalidade, fecundidade e mortalidade ao longo dos anos. É resultante das quedas nas taxas de natalidade e mortalidade na população, o que acarreta maior número de adultos, redução da população jovem e, com o passar dos anos,

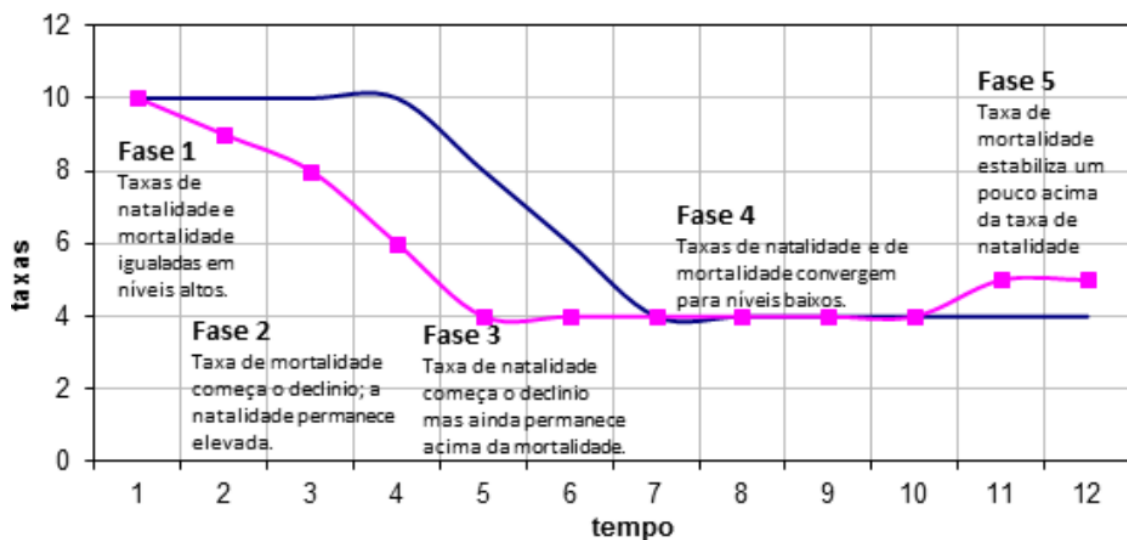
aumento da população idosa. As taxas de fecundidade também são observadas nesse fenômeno, pois, com o passar dos anos, o número de filhos por mulher tem diminuído, o que tem afetado o chamado nível de reposição populacional.

Plá (2013) explica o fenômeno da transição demográfica correlacionando-o à industrialização e desconsiderando os movimentos migratórios para o exterior e a existência de guerras. O autor aponta que tal fenômeno está dividido em cinco fases:

- **Fase 1:** Representa o período anterior à industrialização, caracterizado pela existência de economias primitivas, taxas de mortalidade muito altas devido às epidemias existentes. As taxas de natalidade também eram altas. As taxas de mortalidade nas áreas urbanas eram maiores que nas áreas rurais devido à alta densidade populacional aliada a infraestrutura precária, o que favorecia a propagação de doenças.
- **Fase 2:** Início da industrialização. Investimentos industriais foram realizados, o que impactou nas estruturas das cidades, que começaram a ser dotadas de redes de esgoto sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica. A construção de estradas viabilizou o transporte de cargas e a movimentação de pessoas. A concentração de pessoas nos espaços urbanos permitiu a provisão de serviços de saúde, educação e segurança. Nessa fase, as taxas de mortalidade se reduzem nas cidades modernas e passam a ser menores do que nas áreas rurais. O autor enfatiza que o aumento do bem-estar social que ocorre nessa fase deve-se à combinação dos conhecimentos técnico-científicos e investimentos em capital social realizados. A taxa de natalidade permanece alta.
- **Fase 3:** A característica principal dessa fase é a urbanização acentuada e a mudança de valores culturais. Ocorre o início da redução das taxas de natalidade. Nessa fase, é acentuada a transferência do meio rural para o urbano. Eleva-se a demanda por moradias com localização e estrutura adequada, o que propicia a criação de moradias afastadas dos locais de trabalho em condições precárias. A expansão da oferta de mão de obra acarreta salários mais baixos. As despesas das famílias urbanas tornam-se onerosas, culminando na inserção da mulher no mercado de trabalho para complementar o orçamento doméstico. A mudança cultural aliada à vida urbana leva à redução do número de filhos por mulher (redução da taxa de fecundidade). O momento chamado “explosão demográfica” pode ser verificado nas fases 2 e 3.

- **Fase 4:** Redução das taxas de natalidade e mortalidade, abertura de um período de maior estabilidade no tamanho da população e a elevação da renda acarretam o aumento do consumo do cidadão. No longo prazo, a estrutura etária da população seria modificada, pois os estratos mais numerosos seriam os das coortes de maior idade.
- **Fase 5:** Com a estabilização da população ocorreria o envelhecimento, as coortes de maior idade aumentariam sua representação na população, e o desenho da pirâmide etária ficaria parecido com um retângulo. A maior proporção de idosos poderia aumentar a taxa de mortalidade e possibilitar leve contração no volume da população antes de a estabilização ser alcançada.

Figura 3 – Modelo de Transição Demográfica



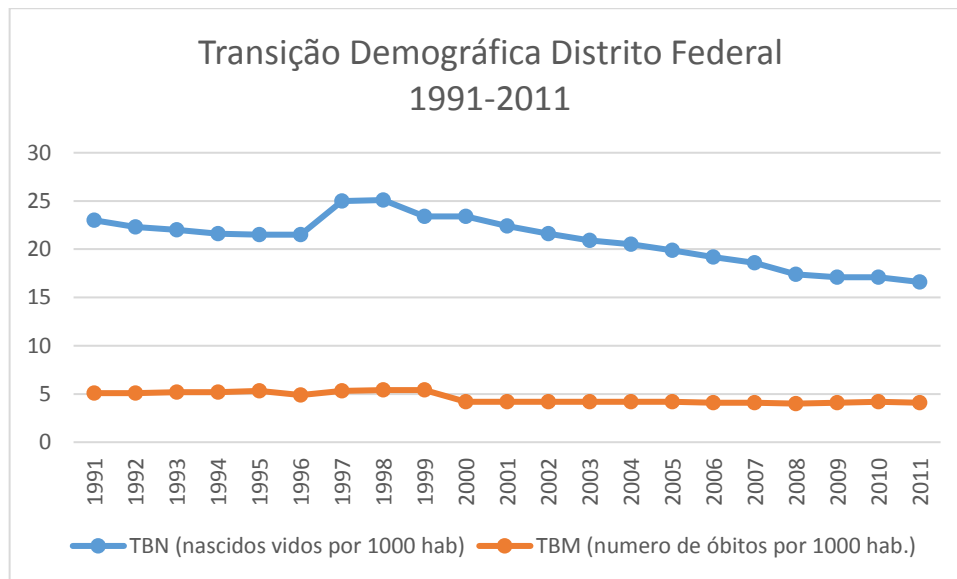
Fonte: Plá (2013)

Alves e Bruno (2006) chamam a atenção para o período temporal do processo de transição demográfica. De acordo com eles, o fenômeno se iniciou na primeira metade do século XX e teve sequência, com a redução das taxas de natalidade, na segunda metade do século XX. Assim, os impactos desse processo serão verificados na primeira metade do século XXI.

A partir da delimitação de fases explanada por Plá (2013), os apontamentos de Alves e Bruno (2006) e a série temporal das taxas de natalidade e mortalidade, podemos inferir que a transição demográfica no Distrito Federal encontra-se no processo de transição da fase 3 para a fase 4. Percebe-se que, no período analisado (Gráfico 5), a taxa de mortalidade apresentou estabilização, enquanto a de natalidade seguiu em decréscimo. Acredita-se que a estabilização das taxas e conseqüente convergência ocorrerão nos próximos anos, e assim o Distrito Federal estará na fase 4 do processo de transição demográfica.

O fenômeno da transição demográfica, como dito anteriormente, não deve ser analisado de maneira isolada. Esse fenômeno apresenta alguns impactos, um dos quais é a elevação do contingente de população em idade ativa – PIA, o que, segundo Alves e Bruno (2006), é um propulsor para o desenvolvimento econômico e social do país. Esses autores complementam os autores citados anteriormente e acrescentam que o fenômeno resultante das alterações da dinâmica populacional pode ser denominado como bônus demográfico, dividendo demográfico ou janela de oportunidades.

Gráfico 5 – Transição Demográfica no Distrito Federal



Fonte: Elaboração da autora (2017) – Dados: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Projeções Demográficas e MS – Sistema de Informações de Mortalidade e Sistema de Informações de Nascidos Vivos

Os autores entendem que os efeitos da transição demográfica podem impulsionar o desenvolvimento, o que vai ao encontro de Sen (1984), para quem o crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo: é preciso estar aliado ao desenvolvimento, e esse desenvolvimento representa a melhoria da qualidade de vida.

Nesse sentido, a Tabela 4 apresenta algumas dimensões do desenvolvimento econômico, tais como serviços de saneamento, esgotamento sanitário, iluminação, educação, trabalho e renda.

Tabela 4 – Desenvolvimento Socioeconômico do Distrito Federal 2000-2010

Dimensões	Variáveis Observadas	Anos	
		2000	2010
1. Características da População	1. População total	2.051.146	2.570.160
	2. Percentual da população de 0 a 9 anos	19,13	15,5
	3. Percentual da população de 10 a 14 anos	9,3	8,52
	4. Percentual da população de 15 a 24 anos	22,39	18,12
	5. População de 25 a 59 anos	43,85	50,51
	6. População acima de 60 anos	5,34	7,70
	7. Percentual da população feminina	52,1	52,19
	8. Percentual da população urbana	95,63	96,58
2. Estrutura Produtiva	9. População economicamente ativa	991.000	1.406.000
	10. Percentual de ocupados na indústria de transformação	3,82	3,88
	11. Percentual de ocupados na construção civil	4,33	5,45
	12. Percentual de ocupados no comércio	14,76	15,87
	13. Percentual de ocupados em serviços	56,74	57,36
	14. Percentual de ocupados na administração pública	19,59	16,28
	15. Percentual de ocupados (outros)	0,76	1,16
3. Características do Mercado de Trabalho	16. Taxa de ocupação	79,31	86,06
	17. Rendimento por trabalhador	1983,00	2039,00
	18. Percentual de ocupados como empregados	67,43	70,83
	19. Percentual de ocupados como empregadores	3,82	4,21
	20. Percentual de ocupador por conta própria	13,868	14,05
4. Estrutura Familiar	21. Famílias com 5 membros ou mais	136 610	118474
	22. Percentual de famílias chefiadas exclusivamente por mulheres	22,20	37,30
	23. Número médio de filhos por mulher	2,22	1,73

Tabela 5 – Desenvolvimento Socioeconômico do Distrito Federal 2000-2010 (continuação)

Dimensões	Variáveis Observadas	Anos	
		2000	2010
5. Infraestrutura Domiciliar	24. Domicílios particulares permanentes <i>Percentual dos Domicílios com:</i>	532329	774037
	25. Rede geral de abastecimento	89,04	95,14
	26. Rede geral de esgoto	84,16	80,52
	27. Iluminação elétrica	99,71	99,91
	28. Densidade de pessoas por dormitório > 2	24,71	4,58
	29. Automóvel	51,8	60,18
	30. Rádio	91,52	81,14
	31. Televisão	95,8	98,19
	32. Geladeira	94,85	98,11
	6. Rendimentos	33. Rendimento médio anual dos ocupados (em R\$ 2011)	1983
34. Rendimento médio anual dos assalariados (em R\$ 2011)		2186	2270
35. Renda <i>per capita</i> (em R\$ 2011)		1199,44	1715,11
7. Desigualdade de Renda	36. Índice de Gini para rendimento familiar <i>per capita</i>	0,61	0,6
	37. Índice de Theil para rendimento familiar <i>per capita</i>	0,71	0,7
8. Educação	38. Percentual de analfabetos de 15 a 69 anos	3,31	1,53
	39. Taxa específica de conclusão do ensino fundamental (total de pessoas com ensino fundamental dividido pela população de 14 a 17 anos)	3,59	3,07
	40. Taxa específica de conclusão do ensino médio (total de pessoas com ensino médio dividido pela população de 17 a 22 anos)	2,36	2,62
	41. Taxa específica de conclusão do ensino superior (total de pessoas com curso superior dividido pela população acima de 22 anos)	0,49	0,78

Fonte: Elaboração da autora (2017) – Dados Censo demográfico 2000 e 2010, Pesquisa Emprego e Desemprego do Distrito Federal (1992-2011), Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

A Tabela 4 foi construída a partir do estudo de Chein et al. (2007), que buscou analisar o desenvolvimento dos municípios brasileiros a partir dos dados dos censos demográficos de 1970-2000. Os autores, após uma análise em várias dimensões, como proposto e defendido por

Sen (1984), traçaram aglomerados de desenvolvimento em que verificaram o progresso e a dinâmica do desenvolvimento dos municípios brasileiros.

A princípio, a autora pensou em replicar o estudo no Distrito Federal, traçando um novo marco temporal, porém a dificuldade na obtenção de dados, como mencionado anteriormente, não permitiu a construção da análise pretendida.

Contudo, a tabela apresentada traça panorama geral do desenvolvimento do Distrito Federal na década 2000-2010, consideradas as dimensões que implicam o desenvolvimento econômico.

O problema de pesquisa proposto questiona o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal frente ao fenômeno da transição demográfica. A tabela apresentada é insuficiente para analisar essa questão, pois não apreende as inter-relações entre esse fenômeno e o desenvolvimento socioeconômico local.

Rios-Neto (2005), Paiva et al. (2005), Alves e Bruno (2006), Alves et al. (2010), Kreling (2016), Rigotti (2012), Magalhães e Cintra (2012), Alves (2015), Santos e Gimenez (2015), Souza-Júnior e Levy (2014), Dedecca (2010) e Oliveira (2013), presentes no referencial teórico, seção 2, apresentam interfaces diversas que implicam o desenvolvimento econômico e social – educação, mercado de trabalho, desigualdades de renda – e sua relação com a transição demográfica.

Nesse sentido, a próxima seção apresentará diversas correlações entre algumas das variáveis citadas, contemplando os aspectos da dinâmica populacional, da educação, do mercado de trabalho e renda. Essas correlações têm por objetivo analisar o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal no período 2001-2009.

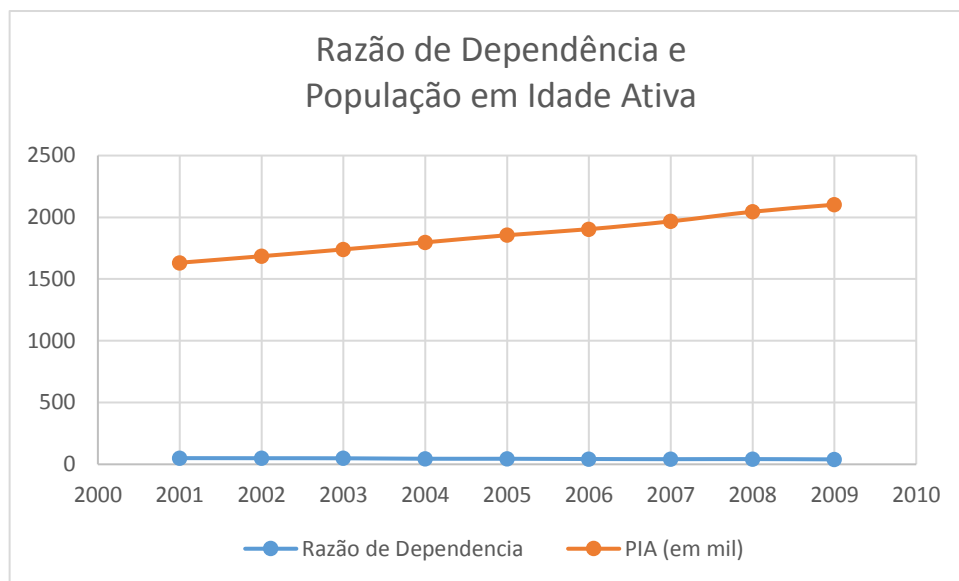
4.3 O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO DISTRITO FEDERAL

Wong e Carvalho (2006) apontam que, para a conquista do equilíbrio econômico, social e intergeracional, é necessária capacitação da força de trabalho. É preciso compreender que o jovem de hoje será a sustentação para o contingente de idosos do futuro. Corroborando esse entendimento, Kreling (2016) chama a atenção para a relação entre envelhecimento populacional e mercado de trabalho. Segundo essa autora, o envelhecimento tem afetado a composição da PEA, o que suscita readequação de políticas públicas direcionadas ao trabalhador mais maduro, por serem esses os detentores de maior experiência e mais responsabilidade no sustento da família.

As alterações na estrutura etária têm ocorrido de forma que o aumento da população jovem acontece de maneira mais acelerada que o aumento do número de idosos; assim, o número da PIA se eleva, não ocorrendo alterações significativas na razão de dependência (BRITO, 2007; KRELING, 2016; WONG e CARVALHO, 2006).

No Distrito Federal, a correlação entre PIA e razão de dependência aponta para o valor de -0,96, significando que há uma correlação negativa muito alta.

Gráfico 6 – Correlação entre Razão de Dependência e PIA (2001-2009)



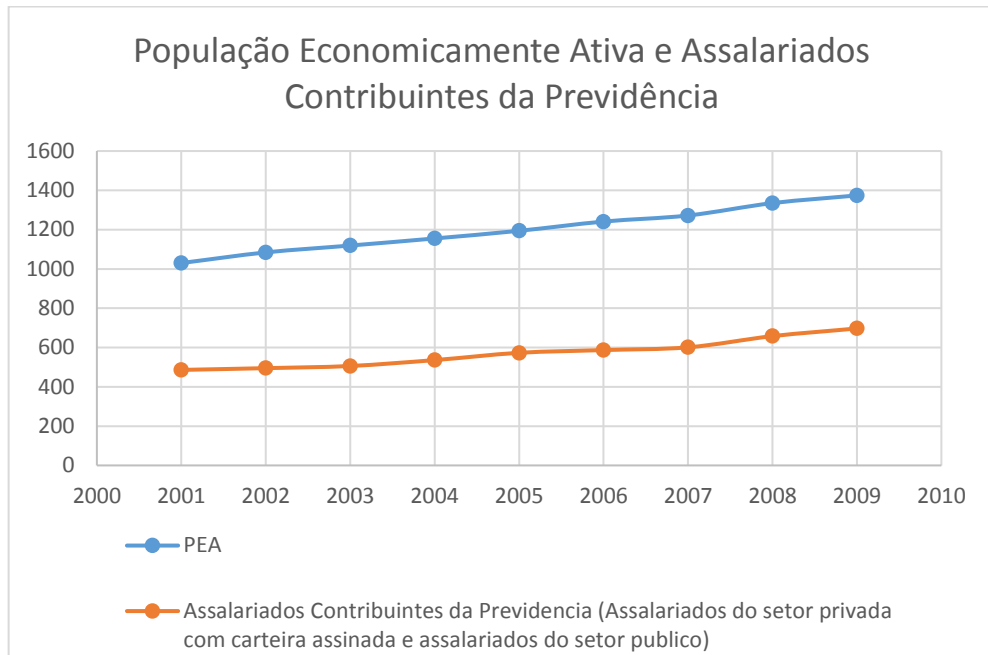
Fonte: Elaboração da autora (2017) – Dados: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2001-2009) e Pesquisa Emprego e Desemprego do Distrito Federal (1992-2011)

No período analisado (2001-2009), há uma leve redução da razão de dependência e aumento da PIA. Esse período pode ser entendido como o período para alavancar a produtividade e qualificar a mão de obra, seja a já inserida no mercado de trabalho, seja aquela que ingressará nos próximos anos e fará parte da parcela populacional geradora de riquezas.

Fazer parte da população economicamente ativa – PEA deve constituir-se como vantagem quando o trabalhador integra a parcela empregada e com proteção social, haja vista que, ao envelhecer, esses mesmos trabalhadores acreditam que estarão amparados pelo sistema para o qual contribuíram durante sua vida ativa.

No Distrito Federal, a relação entre PEA e assalariados contribuintes para previdência social cresceu nos últimos anos: em 2001, a parcela dos trabalhadores que contribuíam para a previdência era de 47,18%; já em 2009, esse percentual saltou para 50,72%. A correlação entre essas variáveis – assalariados que contribuíam para a previdência e PEA – foi de +0,98, ou seja, uma correlação positiva muito alta (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Correlação entre PEA e Assalariados Contribuintes para a Previdência Social

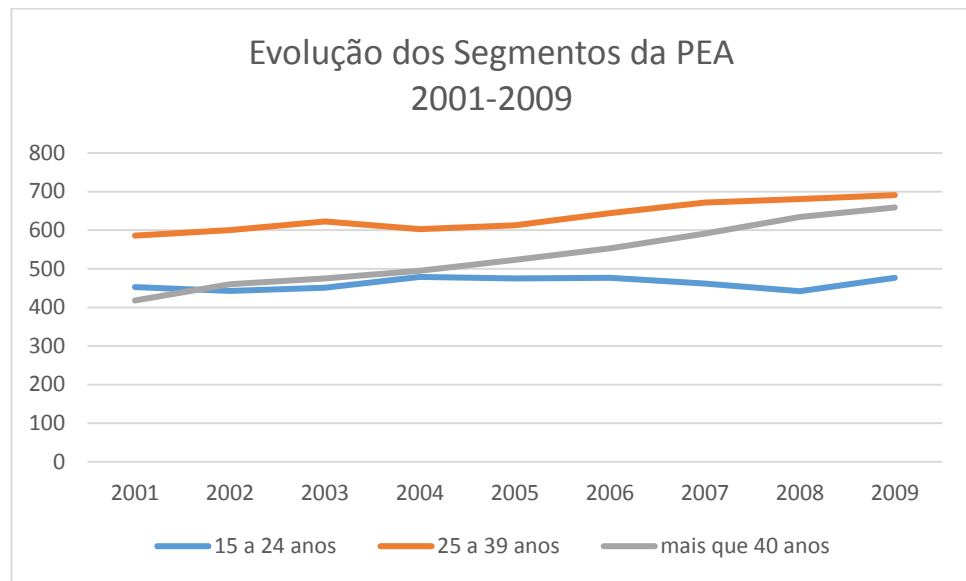


Fonte: Elaboração da autora (2017) - Dados: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2001-2009) e Pesquisa Emprego e Desemprego do Distrito Federal (1992-2011)

A composição etária da PEA, tratada por Kreling (2016), demonstrou que na Região Metropolitana de Porto Alegre ocorria um aumento significativo do segmento mais maduro da PEA: trabalhadores com mais de 40 anos.

No Distrito Federal, o comportamento da PEA foi observado em três segmentos: 15-24 anos, 25-39 anos e 40 anos ou mais. A evolução desse comportamento está descrita no Gráfico 8. Verificou-se que, enquanto os segmentos mais novo e intermediário apresentaram um pequeno aumento no período 2001-2009, o quantitativo do segmento dos maiores de 40 anos, que em 2001 era de 418 mil trabalhadores, em 2009 era de 659 mil trabalhadores, o que representava quase 48% da PEA.

Gráfico 8 – Evolução da PEA no Distrito Federal (2001-2009)



Fonte: Elaboração da autora (2017) – Dados: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2001-2009) e Pesquisa Emprego e Desemprego do Distrito Federal (1992-2011)

As alterações na PEA do Distrito Federal, ilustradas no Gráfico 8, corroboram o entendimento de Kreling (2016) acerca do envelhecimento da força de trabalho. Ao verificarmos a pontuação da autora quando analisa a necessidade de capacitação e atualização da força de trabalho, é possível fazer uma relação com os entendimentos de Alves et al. (2010) sobre a necessidade de instrução da PEA para o aproveitamento do bônus demográfico.

O período de diminuição da razão de dependência é um período que favorece o crescimento econômico, além de diminuir os recursos a serem dispendidos com a educação básica, devendo ser utilizado para formação do capital humano e intelectual, com vistas ao aproveitamento dos níveis tecnológicos e preparação da população jovem para o mercado de trabalho (JARDIM, 2010; RIGOTTI, 2012; FERNANDES, 2009).

Paiva et al. (2005) entendiam que um contingente populacional já havia se perdido em termos de capacitação educacional para o mercado de trabalho, porém, no contexto da dinâmica demográfica, novas demandas por educação surgiriam, fazendo com que outros direcionamentos de educação e capacitação fossem adotados.

Diante da necessidade de capacitação e aproveitamento do bônus demográfico, Alves (2008) apontava que a grande força propulsora do desenvolvimento era a população feminina, que apresentava maior grau de instrução do que a população masculina e maior inserção no mercado de trabalho, a chamada feminização do desenvolvimento (RIOS-NETO, 2009).

No Distrito Federal, a relação entre média de anos de estudo e taxa de desemprego é - 0,86, uma correlação negativa alta, o que corrobora o entendimento dos autores citados de

que, para inserção no mercado de trabalho, é necessária qualificação. Assim, quanto maior a média de anos de estudo, menor a taxa de desemprego. Especificando a análise para o público feminino, a correlação continua a ser negativa alta, apresentando o valor de -0,85.

Quando a análise contempla a taxa específica de conclusão de ensino fundamental (calculada pela divisão do total de pessoas com ensino fundamental pela população de 15 a 17 anos) e taxa de desemprego, a taxa específica de conclusão de ensino médio (calculada pela divisão da população com ensino médio dividida pela população de 18 a 19 anos) e taxa de desemprego, obtêm-se, respectivamente, uma correlação negativa moderada (-0,46) e uma correlação negativa muito baixa (-0,00).

A correlação entre a taxa específica de conclusão de nível superior e a taxa de desemprego foi de -0,51, correlação negativa moderada. Essa mesma correlação, replicada ao público feminino, foi uma correlação negativa baixa (-0,38).

O período analisado apresenta melhorias nas taxas de conclusão de ensino médio e ensino superior, que em 2001 eram de 1,19 e 0,07, respectivamente, e de, 1,53 e 0,09, em 2009. Essas melhorias, de acordo com Oliveira (2013) e Rigotti (2012), estariam relacionadas ao aumento da disponibilidade de vagas no ensino médio e à expansão das universidades particulares, além dos programas governamentais como Fies e Prouni. A expansão de vagas por si só não deve ser o foco de atuação, e sim a qualidade do ensino ofertado, para que leve à maior produtividade.

O aspecto feminino, já citado por Alves (2008), além do nível de instrução, também é observado ao serem analisados os níveis de fecundidade e renda (CARVALHO e BRITO, 2005; RIOS-NETO, 2005; ZUANAZZI, 2010). Esses autores apontam a relação existente entre a redução dos níveis de fecundidade e o aumento da renda e dos anos de estudo da população feminina.

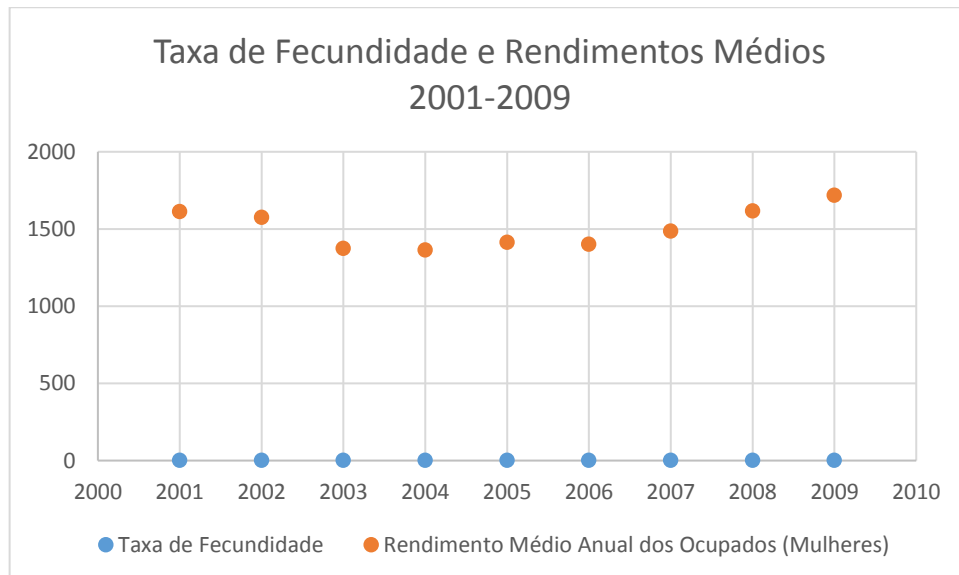
De acordo com os estudos, quanto maiores os níveis de renda e anos de estudo das mulheres, menores as taxas de fecundidade. O *trad off* entre qualidade e quantidade de filhos, abordado nos trabalhos, é apontado por Zuanazzi (2015) como a existência de um custo de oportunidade na decisão de ter ou não filhos, que se refere à criação deles e à inserção da mulher no mercado de trabalho e à pouca disponibilidade de serviços de cuidados infantis.

No Distrito Federal, de acordo com os dados da PNAD, a taxa de fecundidade em 2001 era de 1,95 filho por mulher; em 2009, essa taxa apresentou declínio e era de 1,67 filho por mulher. A Tabela 4 – construída com base nos Censos demográficos 2000 e 2010 – indica que os níveis de fecundidade entre 2000-2010 sofreram declínio, de 2,22 filhos por mulher, em 2000, para 1,73 filho por mulher, em 2010.

De acordo com as projeções da Codeplan (2009), em 2005 a taxa de fecundidade estaria em 1,87, e apenas em 2050 atingiria a marca de 1,60. É perceptível que a redução da taxa de fecundidade no Distrito Federal tem ocorrido de maneira acelerada, e as taxas atingirão níveis mais reduzidos que os previstos e de maneira mais rápida.

Ao traçar a correlação entre os rendimentos médios anuais das mulheres e a taxa de fecundidade, observou-se correlação negativa baixa (-0,22) – Gráfico 9. Em contrapartida, - 0,81, correlação negativa muito alta, foi o resultado obtido ao correlacionar a renda domiciliar média *per capita* e a taxa de fecundidade do Distrito Federal no período 2001-2009 (Gráfico 10).

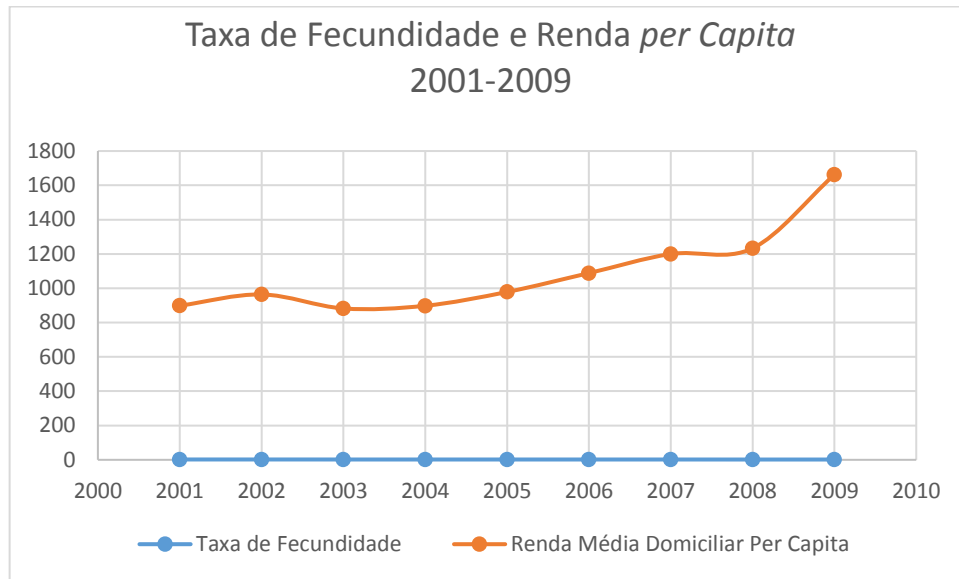
Gráfico 9 – Correlação Taxa de Fecundidade e Rendimentos Médios Anuais Femininos



Fonte: Elaboração da autora (2017) – Dados: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2001-2009) e Pesquisa Emprego e Desemprego do Distrito Federal (1992-2011)

O custo de oportunidade relatado pela literatura acadêmica pode ser identificado no Distrito Federal ao se observar a quantidade de instituições governamentais de cuidados infantis existentes. A breve análise pode suscitar questionamento sobre a prestação de serviços públicos, privados, pagos ou não; para dirimir tal questão, é preciso observar que os impostos devem ser revertidos em prestação de serviços à população em qualquer faixa etária.

De acordo com dados da Secretaria Estado de Educação do Distrito Federal (2015), em 2014 existiam 111 instituições (governamentais e conveniadas) que disponibilizavam cuidados a crianças de 0 a 4 anos. Essas instituições ofertavam atendimento a 16,7 mil crianças. Os dados da PNAD Distrito Federal apontam que, em 2014, a população de 0 a 4 anos era de 182 mil crianças, ou seja, a quantidade de vagas para cuidados infantis disponibilizada pelo Estado atendia a apenas 9,17% das crianças daquela faixa etária.

Gráfico 10 – Correlação Taxa de Fecundidade e Renda *per Capita*

Fonte: Elaboração da autora (2017) – Dados: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2001-2009)

As relações entre taxa de fecundidade e renda, apresentada nos estudos de Carvalho e Brito (2005), Rios-Neto (2005) e Zuanazzi (2015) foram aplicadas ao Distrito Federal, e observou-se que a relação que acontece em nível nacional também ocorre em nível local. Porém, um outro aspecto é abordado pelos autores: a relação inversa entre a quantidade de filhos e a média de anos de estudo feminina. Ao aplicar a correlação, constatou-se uma correlação negativa muito alta, quase perfeita, pois o valor encontrado foi de -0,98.

As observações sobre taxa de fecundidade apontam para análises acerca da razão de dependência, afinal, o envelhecimento carece de cuidados, e é natural que alguns aspectos da vida suscitem dependência. Com um nível de fecundidade tendendo a zero, qual será o futuro dos idosos no Distrito Federal? Esse questionamento não é alvo da pesquisa atual, porém direcionará as correlações a serem apresentadas nos parágrafos seguintes.

Alguns autores quando mencionam o envelhecimento populacional: Alves et al. (2010), Wong e Carvalho (2006), Alves (2004, 2008a, 2008b) o tratam como um fenômeno aliado ao bônus demográfico, como foi mencionado em itens anteriores. Essa relação – bônus demográfico e envelhecimento – refere-se ao aproveitamento da força produtiva para geração de riquezas e poupança com vistas a suportar a carga de dependência que virá aliada ao envelhecimento.

No Distrito Federal, a população não tem passado por um processo acelerado de envelhecimento. A parcela de idosos, em 2010, correspondia a apenas 7,70% da população total; assim, podemos afirmar que o DF ainda se encontra com sua janela de oportunidades

aberta e pode aproveitar o período de elevação de sua população economicamente ativa para preparar-se para os desafios advindos do envelhecimento populacional futuro.

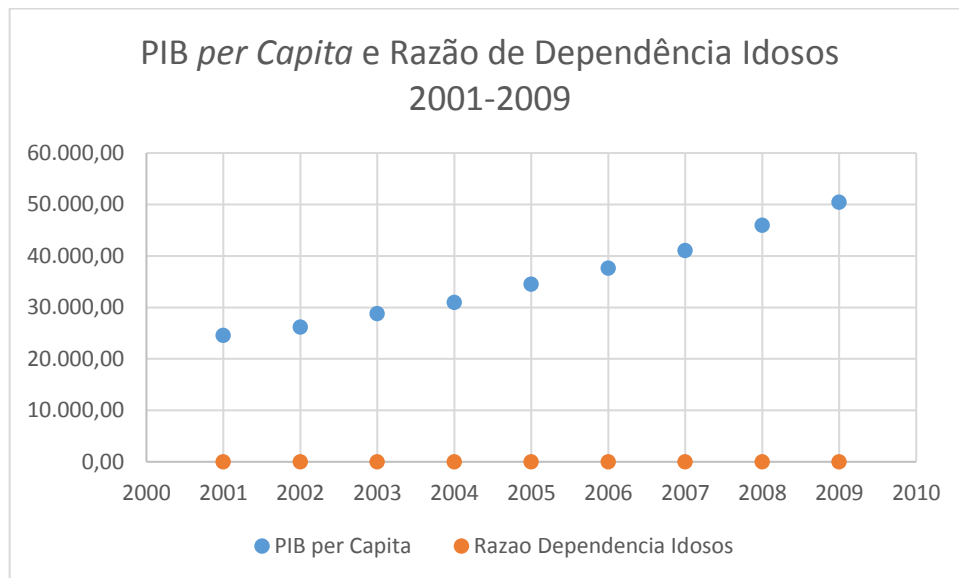
A observação da correlação entre PEA e razão de dependência total (compreende crianças/jovens e idosos) foi traçada, e obteve-se uma correlação negativa muito alta (-0,96); ao delimitar a razão de dependência para razão de dependência em relação aos idosos, uma correlação negativa moderada (-0,41); em relação à razão de dependência de jovens (-0,98), correlação negativa muito alta.

Podemos afirmar que, no Distrito Federal, há uma forte relação entre razão de dependência e PEA. Percebemos que o envelhecimento ainda não tem peso para a população economicamente ativa, como os estratos mais jovens.

Preparar-se para o futuro envelhecimento populacional a longo prazo demanda esforços e escolhas relacionadas a diversas políticas públicas, tais como saúde, educação, mercado de trabalho, dentre outras (SOUZA-JÚNIOR; LEVY, 2014; FERREIRA; VELOSO, 2013; OLIVEIRA, 2013; FERNANDES, 2009).

Outro ponto citado por esses e outros autores, como Alves (2008, 2015), é a necessidade de geração de riquezas e acumulação de poupança com vistas ao aproveitamento do bônus demográfico. Assim, foram consideradas a correlação do PIB *per capita* e a razão de dependência no período da pesquisa. Verificou-se correlação negativa muito alta (-0,94), e acredita-se que esse resultado se deve à baixa razão de dependência no período.

O estudo de Pereira e Porsse (2013) apresenta a relação entre a razão de dependência de idosos, a taxa de poupança e o PIB de 140 países. De acordo com o estudo, ao atingir determinados níveis de razão de dependência, a taxa de crescimento começa a cair, bem como a taxa de investimento e poupança. No Distrito Federal, a correlação entre a razão de dependência de idosos e o PIB *per capita* apontou uma correlação negativa baixa (-0,34). A relação entre as variáveis está demonstrada no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Razão de Dependência Idosos e PIB *per Capita*

Fonte: Elaborado pela autora (2017) – Dados: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2001-2009), Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, e Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Dedecca (2010) aponta em seu estudo a situação de renda da população brasileira. Observando a situação de melhoria da renda das famílias nas últimas décadas, cita diversos programas e benefícios sociais implementados nos últimos anos e que impactaram centenas de famílias.

Alves et al. (2010) e Alves e Bruno (2006) defendem que o período do bônus demográfico, além de ser o período para preparar a população jovem para as mudanças no mercado de trabalho, acumular poupança e gerar riquezas com vistas ao futuro envelhecimento populacional, é também o período para diminuir as desigualdades sociais e de renda existentes na sociedade brasileira.

No Distrito Federal, é perceptível que houve melhora nos aspectos de renda no período analisado, porém também é visível que os segmentos mais ricos ainda melhoraram mais que os segmentos mais pobres. Enquanto no segmento 10% mais pobre, ocupado, a variação de rendimentos de 2001-2009 foi de 3,39%, no segmento 10% mais rico foi de 7,27%, ou seja, mais que o dobro. Essa diferença permanece quando replicamos a análise aos assalariados: no segmento 10% mais pobre, a variação foi de 6,91%, e no segmento 10% mais rico, foi de 12,42%.

O Quadro 1 apresenta a evolução da renda *per capita* no período estudado, bem como dos rendimentos médios reais entre os ocupados e assalariados por segmentos mais ricos e mais pobres.

Quadro 1 – Renda no Distrito Federal (2001-2009)

Ano	Renda <i>per</i> <i>Capita</i>	Rendimento Médio Real											
		Ocupados						Assalariados					
		10% mais pobres	25% mais pobres	25- 50% mais pobres	50- 25% mais ricos	25% mais ricos	10% mais ricos	10% mais pobres	25% mais pobres	25- 50% mais pobres	50- 25% mais ricos	25% mais ricos	10% mais ricos
2001	898	206	351	731	1535	5273	8348	297	452	885	1819	5548	8571
2002	963	200	344	703	1480	5154	8099	306	448	856	1775	5547	8557
2003	882	193	314	613	1290	4520	7077	293	407	753	1582	4842	7386
2004	898	182	309	605	1244	4373	6843	295	410	741	1560	4818	7384
2005	978	187	319	617	1250	4500	7105	303	418	743	1558	4948	7645
2006	1088	170	327	614	1197	4707	7482	316	429	729	1524	5202	7997
2007	1199	185	351	633	1234	4966	7832	336	450	751	1608	5561	8433
2008	1233	203	369	667	1322	5360	8384	343	459	771	1649	5946	8981
2009	1662	213	395	700	1377	5664	8935	359	476	794	1693	6343	9636

Fonte: Elaboração da autora (2017) – Dados: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2001-2009) e Pesquisa Emprego e Desemprego do Distrito Federal (1992-2011)

Tratar sobre a disparidade de renda no Distrito Federal apenas com base em informações divulgadas pelo governo local pode ser perigoso. Até mesmo os dados, quando observados de forma comparativa com a realidade nacional, apresentam um Distrito Federal acima da média nacional.

Como foi relatado no início da seção, o Distrito Federal é composto por Regiões Administrativas, cada qual com suas particularidades, e infelizmente não é possível analisar detalhadamente cada uma delas. O que é preciso evidenciar nessa análise é que, ao mesmo tempo em que há no Distrito Federal regiões, como Lago Norte e Lago Sul, em que o nível educacional é alto, a taxa de desemprego é baixa e as condições de acesso a serviços públicos são excelentes, existem áreas, como a Estrutural e o Itapoã, em que condições de vida são precárias, há dificuldades de acesso aos poucos serviços públicos disponíveis e, em alguns locais, redes de abastecimento de água e esgoto são inexistentes.

Analisar o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal passa por entender o contexto diverso dessa unidade da federação, saber utilizar os dados disponíveis e correlacioná-los à literatura acadêmica e, assim, poder afirmar que, na primeira década do século XXI, o Distrito Federal aproveitou o chamado bônus demográfico para promover o desenvolvimento socioeconômico local.

Essa unidade da federação ainda não apresenta os desafios do envelhecimento populacional, o que é uma oportunidade para o desenvolvimento de políticas públicas de educação e inserção do jovem no mercado de trabalho, bem como revisão dos serviços de saúde, para que futuramente atendam ao segmento idoso.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho discutiu a relação entre transição demográfica e desenvolvimento socioeconômico, tendo por objetivo geral analisar o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal sob a perspectiva da transição demográfica entre 2000-2010.

O capítulo 1 apresentou, de maneira isolada, as principais referências teóricas acerca do crescimento e desenvolvimento econômico, evidenciando que o presente trabalho estaria embasado no entendimento de que o crescimento está contido no desenvolvimento econômico. A conceituação de transição demográfica, como a relação entre as taxas de natalidade e mortalidade, suas variações e impactos na dinâmica populacional, também foi abordada nessa seção, que foi finalizada com a apresentação de uma revisão sistemática de literatura que inter-relacionava as duas temáticas: transição demográfica e crescimento e desenvolvimento econômico.

Os dados analisados levaram à conclusão de que o Distrito Federal está passando da fase 3 para a fase 4 do processo de transição demográfica, seguindo a tendência de redução da taxa de natalidade, estabilização da taxa de mortalidade e por um período de estabilidade no tamanho da população.

Esperava-se que a tendência observada nos estudos acadêmicos que relatavam o fim do período de bônus demográfico no Brasil fosse verificada no Distrito Federal, porém foi constatado que, na localidade, esse período está ativo e que as mudanças na dinâmica populacional, que propiciam o término dessa janela de oportunidades, de acordo com o ritmo de envelhecimento da população, ainda não terão impacto nesse fenômeno, e que a janela levará alguns anos para se fechar, diferentemente da tendência nacional.

Os resultados obtidos nas correlações entre PIA e razão de Dependência (-0,96) e PEA e razão de dependência (-0,98), ambas correlações negativas muito altas, corroboram o entendimento de que essa janela de oportunidades, se bem aproveitada pelos formuladores das políticas públicas distritais, representa um período para modificação de diversas políticas que darão suporte à sociedade para enfrentar os impactos relacionados ao envelhecimento.

Várias políticas públicas estão relacionadas ao aproveitamento do bônus demográfico, de forma que esse período também seja um propulsor do desenvolvimento socioeconômico. O período observado na análise (2000-2010) permite concluir que as dimensões de educação, trabalho, acesso a serviços de água, saneamento, básico e energia elétrica foram atendidas de

maneira satisfatória. Em algumas dessas dimensões, como, por exemplo, mercado de trabalho, em que a taxa de ocupação saiu de 79,31% para 86,06%, e educação, com elevação das taxas de conclusão de ensino médio e superior e redução das taxas de analfabetismo, apresentaram melhorias.

Contudo, a análise das inter-relações entre as variáveis relacionadas a transição demográfica, bônus demográfico e desenvolvimento socioeconômico, como as correlações entre anos de estudo e taxa de desemprego (-0,86), renda *per capita* e taxa de fecundidade (-0,85), anos de estudo da população feminina e taxa de fecundidade (-0,98), correlações negativas muito altas, permitiram inferir que existe necessidade de atuação integrada de diversos setores para que ocorra o aproveitamento do bônus demográfico no Distrito Federal.

Políticas que contemplem a preparação, qualificação e inserção do jovem no mercado de trabalho devem ser incentivadas. Essa fatia da população, ao integrar a População Economicamente Ativa Ocupada, representa a força de sustento para os dependentes (crianças e idosos). A prestação de serviços públicos de cuidados infantis de 0 a 4 anos também se faz necessária, a considerar a inserção feminina no mercado de trabalho, além da insuficiência tipo de serviço. Ações que tenham por objetivo minimizar desigualdade de renda também precisam ser orquestradas.

Verificou-se, no período analisado, que houve crescimento do PIB DF, porém, como em diversas unidades da federação, o Distrito Federal foi acometido pela crise fiscal e, nos últimos anos, setores que recebiam incentivos para alavancar o crescimento econômico local, e assim impactar o desenvolvimento econômico local, não foram atendidos em suas demandas. Essa situação, num futuro próximo, impactará o aproveitamento do bônus demográfico.

Para o aproveitamento do bônus demográfico, com vistas ao futuro envelhecimento populacional, de forma a não perder e maximizar os ganhos obtidos na década analisada, diante do cenário de crise fiscal, restam ao Distrito Federal a atuação integrada das diversas políticas públicas, as análises históricas das conquistas obtidas e a observação da dinâmica demográfica para o planejamento e oferta dos serviços públicos, bem como para a formulação, implementação, execução e avaliação das diversas políticas públicas locais.

5.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A principal limitação da pesquisa foi a ausência de dados que refletissem a realidade demográfica do Distrito Federal, com suas particularidades, ao longo dos anos. A história de

construção da capital federal é conhecida e divulgada amplamente, tanto que o Distrito Federal se confunde com ela, como foi relatado na pesquisa.

A ausência de dados que acompanhem a evolução das taxas de natalidade, mortalidade e fecundidade do Distrito Federal ao longo dos anos, com uma extensa série temporal, desde a inauguração de Brasília, não permitiu que alterações significativas das taxas de natalidade e mortalidade fossem observadas e, dessa maneira, se caracterizassem as fases da transição demográfica nessa unidade da federação e se verificasse se a ocorrência desse fenômeno no DF segue a tendência nacional.

No decorrer da pesquisa, foi constatado que a ausência de informações acerca do Distrito Federal não se restringe apenas aos dados populacionais; informações sobre o planejamento de políticas públicas e prestação de serviços públicos são esparsas e de difícil acesso. É possível que essa precariedade de dados e informações justifique a pequena bibliografia de estudos acadêmicos sobre essa unidade da federação.

5.3 SUGESTÕES DE ESTUDOS FUTUROS

Diante da amplitude dos fenômenos abordados pela pesquisa, das particularidades do Distrito Federal, da necessidade da interligação comunidade acadêmica e governo, sugerem-se estudos futuros que observem

- a dinâmica populacional do Distrito Federal e o gasto público na prestação de serviços;
- a interligação dos serviços públicos para o aproveitamento do bônus demográfico;
- a continuidade da análise sobre desenvolvimento realizada de forma isolada no presente estudo;
- e, por fim, a continuidade futura do presente estudo, considerando uma maior série temporal.

5.4 CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO

Estudar o Distrito Federal é um desafio, seja pela dificuldade de dados que representem a realidade local, seja pela ausência de informações que permitam transformar o conhecimento acadêmico teórico em aplicação prática.

Não foram encontrados estudos acadêmicos, aplicados ao Distrito Federal, com objeto de estudo próximo ao deste trabalho. Assim, esta pesquisa surge como um marco inicial de

estudos acadêmicos que congreguem informações sobre transição demográfica e desenvolvimento socioeconômico no Distrito Federal, bem como um ponto direcionador para observação do que foi conquistado em termos de desenvolvimento socioeconômico na última década e quais os segmentos populacionais necessitam de maior cuidado e atenção nos próximos anos.

Referências

ABEP; UNFPA. **Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo**. Campinas: ABEP/UNFPA, 2009.

ALVES, J. E. D. **A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica**. Texto para discussão n. 4, 2002. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1642.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2017.

_____. O bonus demográfico e o crescimento econômico no Brasil. **Aparte: Inclusão Social em Debate**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. p. 2-7. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/32584512/Alves-_bonus_demografico.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1514395543&Signature=x8x1TrxyooWAXR%2FChdPULsaK%2FnY%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DAlves-_bonus_demografico.pdf. Acesso em: 29 jun. 2017.

_____. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2008. Disponível em: http://www.braudel.org.br/pesquisas/pdf/transicao_demografica.pdf. Acesso em: 29 jun. 2017.

_____. O fim do bônus demográfico e o processo de envelhecimento no Brasil. **Revista Portal de Divulgação**, n. 45, p. 6-17, 2015. Disponível em: www.portaldoenvelhecimento.com/revista-nova. Acesso em: 6 nov. 2017.

ALVES, J. E. D.; BRUNO, M. A. População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18, 2006. **Anais...** Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/oldroot/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto1311.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil. **Aparte: Inclusão Social em Debate**, 24 ago. 2012. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf. Acesso em: 19 dez. 2016.

ALVES, J. E. D.; VASCONCELOS, D. D. S.; CARVALHO, A. A. DE. **Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2010. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/90937/1/661069036.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

ÁVILA, R. I.; MACHADO, A. M. **Transição demográfica brasileiro: desafios e oportunidade na educação, no mercado de trabalho e na produtividade**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2015. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/tesdes/transicao-demografica-brasileira-desafios-e-oportunidades-na-educacao-mercado-de-trabalho-e-na-produtividade/>. Acesso em: 12 jun. 2017.

BAIENSE, E. M. **Análise do desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo à luz**

da transição demográfica, 2014. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/jspui/bitstream/10/1283/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20C3%89rika%20Martins%20Baiense.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BARROS, R. P. DE; MENDONÇA, R. S. P. DE. A evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960. **Revista Brasileira de Economia**, v. 49, n. 2, p. 329-352, 1995.

BECKER, G. S. An Economic Analysis of Fertility. In: U.-N. BUREAU (Org.). **Demographic and Economic Change in Developed Countries**. s.l.: Columbia University Press, 1960. p. 209-240.

BENEVIDES, C. DO V. **Um estado de bem-estar social no Brasil?** 2011. Disponível em: http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/EBES_no_Brasil__2_dissertacao_benevides.pdf. Acesso em: 19 dez. 2016.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Mapeamento socioeconômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu: 2004, p. 1-18.

BISQUERRA, R.; SARRIERA, J. C.; MATÍNEZ, F. **Introdução à estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS**. São Paulo: Bookman Editora, 2009.

BONELLI, R.; FONTES, J. **Desafios brasileiros no longo prazo**. Texto para discussão, 2013. Disponível em: https://jornalgggn.com.br/sites/default/files/documentos/desafios_brasileiros_no_longo_prazo_-_28_05_2013_0.pdf. Acesso em: 29 jun. 2017.

BRASIL. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. v. 22, 2016. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 30 nov. 2017.

BRITO, F. **A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade**. Texto para discussão, p. 29-45, 2007b. Disponível em: http://cedeplar.face.ufmg.br/pesquisas/td/TD_318.pdf. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. **A transição demográfica no contexto internacional**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007a. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6519928.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2017.

_____. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 1, p. 5-26, 2008.

_____. **A reinvenção da transição demográfica: envelhecer antes de enriquecer?** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. Disponível em: http://150.164.82.140/pesquisas/td/TD_401.pdf. Acesso em: 19 jun. 2017.

BRITO, F. ET AL. **A transição demográfica e as políticas públicas no Brasil: crescimento demográfico, transição da estrutura etária e migrações internacionais**. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/07demografia1.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2017.

CAPUCHA, L. Envelhecimento e políticas sociais em tempos de crise. **Sociologia, Problemas e Práticas**, v. 74, p. 113-131, 2014.

CARMO, R. L. DO; DAGNINO, R. DE S.; JOHANSEN, I. C. Transição demográfica e transição do consumo urbano de água no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 31, n. 1, p. 169-190, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v31n1/10.pdf%5Cnhttp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982014000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 16 jun. 2017.

CARVALHO, J. A. M. DE; BRITO, F. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 22, n. 2, p. 351-369, 2005.

CGEE. **População e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008. 345 p.

CHEIN, F.; LEMOS, M. B.; ASSUNÇÃO, J. J. Desenvolvimento desigual: evidências para o Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 61, n. 3, p. 301-330, 2007.

CODEPLAN. Indicadores sociodemográficos prospectivos para o Distrito Federal 1991-2030. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas Socioeconomicas/Demografia/Demografia em Foco 1 – Indicadores de Desigualdade Social no Distrito Federal.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/PesquisasSocioeconomicas/Demografia/Demografia%20em%20Foco%201%20-%20Indicadores%20de%20Desigualdade%20Social%20no%20Distrito%20Federal.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2017.

CODEPLAN. Caracterização do território. **Anuário Estatístico do Distrito Federal – 2012**, p. 1-14, 2013. Disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/component/docman/cat_view/262-informacoes-estatisticas/263-anuario-estatistico-.html. Acesso em: 20 nov. 2017.

CODEPLAN; DIEESE; SETRAB; CORECON-DF; SEPLAN. **Síntese dos 20 anos da pesquisa de emprego e desemprego no DF**. 2011. Disponível em: <[http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas Socioeconomicas/PED/2011/BoletimPED-DF_Balanco_PED_20_anos_2011.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/PesquisasSocioeconomicas/PED/2011/BoletimPED-DF_Balanco_PED_20_anos_2011.pdf)>. Acesso em: 5 nov. 2017.

CORDEIRO, A. M.; OLIVEIRA, G. M. DE; RENTERÍA, J. M.; GUIMARÃES, C. A. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgias**, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcbc/v34n6/11.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

CRONIN, P.; RYAN, F.; COUGHLAN, M. Undertaking a Literature Review. **British Journal of Nursing**, v. 17, n. 1, p. 38-43, 2008.

CRUZ, José Luis Vianna da. **Emprego, crescimento e desenvolvimento econômico: notas sobre um caso regional**. 2003. Disponível em: <<http://www.puro.uff.br/sites/default/files/user52/emprego%20norte%20fluminense.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

- DEDECCA, C. S. **População, trabalho e desenvolvimento no Brasil, oportunidades e desafios**. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Lidia/Desktop/Mestrado/EB/Dedecca%5Cn(2010).pdf>. Acesso em: 21 nov. 2017.
- DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, M. C.; TAKAHASHI, R. F.; BERTOLOZZI, M. R. Revisão sistemática: noções gerais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 5, p. 1260-1266, 2011.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- FERNANDES, D. Perspectivas demográficas do Brasil no próximo milênio. **Revista Bioética**, v. 4, n. 2, 2009. Disponível em: <http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/413>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- FERREIRA, M.; MIRAGAYA, J.; PEIXOTO, I.; CORRÊA, G. **Perfil dos idosos no Distrito Federal, segundo as regiões administrativas**. Brasília: Codeplan, 2013.
- FERREIRA, P. C.; VELOSO, F. **O desenvolvimento econômico brasileiro no pós-guerra**, 2013. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/14054/O_Desenvolvimento_Economico_Brasileiro_no_Pós_Guerra.pdf?sequence=1. Acesso em: 23 jun. 2017.
- FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- GALOR, O.; WEIL, D. N. From Malthusian Stagnation to Modern Growth. **American Economic Review**, v. 89, n. 2, p. 150-154, 1999.
- GIAMBIAGI, F.; VELOSO, F.; FERREIRA, P. C.; PESSOA, S. (Org.). **Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUIOMAR, V. C. R. V. **Compreender o envelhecimento bem-sucedido a partir do suporte social, qualidade de vida e bem-estar social dos indivíduos em idade avançada**. 2010. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0261.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial/>. Acesso em: 5 nov. 2017.
- _____. **Pnad**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad/>>. Acesso em: 5 nov. 2017.
- JARDIM, M. DE L. Tendências demográficas e perspectivas futuras da população gaúcha. **A evolução social**. Porto Alegre: FEE, 2010. p. 1-23. Disponível em:

<https://www.fee.rs.gov.br/3-decadas/downloads/volume3/1/maria-jardim.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2017.

KIELING, R. I. **Janela de oportunidades demográfica: um estudo sobre os impactos econômicos da transição demográfica no Brasil**. 2009. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/18878>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

KIRK, D. Demographic Transition Theory. **Population Studies**, v. 50, n. 3, p. 361-387, 1996. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/0032472031000149536>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

KOCHE, J. C. **Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

KRELING, N. H. O envelhecimento do trabalhador impõe novos desafios às políticas públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1, 2010, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu: 2016, p. 1-21. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/documentos/documentos_fee_68.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAGALHÃES, M. V.; CINTRA, A. P. DE U. Dinâmica demográfica do Paraná: tendências recentes, perspectivas e desafios. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 122, p. 263-291, 2012.

MEIRELES, A. **As interações entre crescimento demográfico e crescimento econômico**, 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2011. Disponível em: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9277/1/tese%20final_Ant%C3%B3nio%20Meireles.pdf. Acesso em: 12 dez. 2016.

OLIVEIRA, A. Os desafios ao desenvolvimento econômico e social colocados pela dinâmica demográfica. In: FONSECA, A., FAGNANI, E. (Org.). **Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 401-421.

OLIVEIRA, A. S. **Envelhecimento populacional e o surgimento de novas demandas de políticas públicas em Viana/ES**, 2015. Dissertação de Mestrado. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/jspui/bitstream/10/3628/1/tese_8944_anderson.pdf. Acesso em: 3 jan. 2017.

OLIVEIRA, G. B. DE. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002.

PAIVA, P. D. T. A.; WAJNMAN, S. Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 22, n. 2, p. 303-322, 2005.

PEREIRA, J. B.; PORSSE, A. Transição demográfica, acumulação de capital e progresso

tecnológico: desafios para o crescimento brasileiro. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 9, n. 1, 2013.

PLÁ, J. V. A. Industrialização e transição demográfica no Brasil. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 9, p. 61-78, 2013.

PROVDANOV, C. C.; FREITAS, E. C. DE. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

RIGOTTI, I. R. Transição demográfica. **Educação e Realidade**, v. 37, n. 2, p. 467-490, 2012.

RIOS-NETO, E. L. G. Questões emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 22, n. 2, p. 371-408, 2005.

_____. A relação entre população e desenvolvimento 15 anos após a Conferência do Cairo. **Abep**, v. 15, p. 13-56, 2009.

SANTOS, A. L. DOS; GIMENEZ, D. M. Inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, p. 153-168, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000300011&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 6 nov. 2017.

SARTORIS, A.; SOUZA, J. M. DE. Interações entre economia e demografia: as previsões da teoria e o caso brasileiro. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE POPULAÇÃO, 1, 2004, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu: 2004, p. 1-11.

SEN, A. **Resources, Values and Development**. Cambridge: Harvard University Press, 1984.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, E. L. DA. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis, UFSC, 2001. Disponível em: <[http://www.portaldeconhecimentos.org.br/index.php/por/content/download/12566/125574/file/024_Metodologia de pesquisa e elaboracao de teses e dissertacoes.pdf](http://www.portaldeconhecimentos.org.br/index.php/por/content/download/12566/125574/file/024_Metodologia%20de%20pesquisa%20e%20elaboracao%20de%20teses%20e%20dissertacoes.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2017.

SILVA, H.; MONTE-MOR, R. Transições demográficas, transição urbana, urbanização extensiva: um ensaio sobre diálogos possíveis. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17, 2010, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu: 2010. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/2420/2374>. Acesso em: 19 jun. 2017.

SILVER, M. **Estatística para administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

SMILES, J.; McGRANE, A. **Estatística aplicada a administração com excell**. São Paulo: Atlas, 2002.

SOUZA-JÚNIOR, J. R. C.; LEVY, P. M. Impactos do declínio do bônus demográfico sobre a oferta de mão de obra e o crescimento econômico no período 2014-2030. **Carta de Conjuntura do Ipea**. p. 117-128, 2014. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/conjuntura/cc_dez2014_nt02.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2017.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TIBULO, C.; CARLI, V.; DULLIUS, A. I. S. Evolução populacional do Brasil: uma visão demográfica. **Scientia Plena**, v. 8, n. 4, p. 1-10, 2012.

VASCONCELOS, A. M. N.; GOMES, M. M. F. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 21, n. 4, p. 539-548, 2012. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000400003&lng=en&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 12 jun. 2017.

VASCONCELOS, D. DE S.; ALVES, J. E. D.; SILVEIRA FILHO, G. B. DA. Crescimento econômico, estrutura etária e dividendo demográfico: avaliando a interação com dados em painel. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16, 2008, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu: 2008. p. 1-40. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1447.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2017.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIALI, L. **Estatística básica - correlação e regressão**. 2016. Disponível em: <http://www.mat.ufrgs.br/~viali/sociais/mat02214/material/apostilas/CorRegSociais.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

WONG, L. L. R.; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, n. 1, p. 5-26, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 15 jun. 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

_____. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZUANAZZI, P. T. A taxa de fecundidade no RS por regiões funcionais e características socioeconômicas: o desafio. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 42, n. 4, p. 109-122, 2015.

Apêndice

ANO	TBN (número de nascidos vivos por 1000 hab)	TBM (número de óbitos por 1000 hab.)	TFT (filhos)
1991	23	5,1	2,29
1992	22,3	5,1	2,22
1993	22	5,2	2,18
1994	21,6	5,2	2,14
1995	21,5	5,3	2,12
1996	21,5	4,9	2,09
1997	25	5,3	2,06
1998	25,1	5,4	2,04
1999	23,4	5,4	2,02
2000	23,4	4,2	2
2001	22,4	4,2	1,95
2002	21,6	4,2	1,91
2003	20,9	4,2	1,87
2004	20,5	4,2	1,83
2005	19,9	4,2	1,79
2006	19,2	4,1	1,76
2007	18,6	4,1	1,73
2008	17,4	4	1,7
2009	17,1	4,1	1,67
2010	17,1	4,2	1,65
2011	16,6	4,1	1,63

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e MS – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos, Sistema de Informações sobre Mortalidade

ANO	Taxa de fecundidade total (Filhos)	Rendimentos	Razão de Dependência Total	PIA (em mil)	PEA (em mil)	PEA (segmento > 40 anos)	Assalariados Contribuintes da Previdência (Assalariados do setor privado com carteira assinada e assalariados do setor público)
2001	1,95	2005	50,2	1632	1030	380	486
2002	1,91	1950	49,5	1685	1084	404	495
2003	1,87	1706	48,9	1740	1119	419	506
2004	1,83	1656	45,3	1797	1155	441	536
2005	1,79	1695	45	1855	1194	475	573
2006	1,76	1738	43	1904	1241	494	587
2007	1,73	1821	41,8	1967	1272	530	601
2008	1,7	1959	42,5	2045	1335	567	658
2009	1,67	2064	40	2102	1374	585	697

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Coordenação de População e Indicadores Sociais, PED-DF Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal

ANO	Média de anos de estudo da população acima de 10 anos	Taxa de desemprego	Taxa de desemprego mulheres	Média de anos de estudo (feminina)	Taxa conclusão ensino fundamental	Taxa conclusão ensino médio	Taxa conclusão de ensino superior
2001	14,42	20,9	24,3	7,76	3,03	1,19	0,07
2002	14,78	20,9	23,7	7,84	3,21	1,41	0,08
2003	15,28	23,4	26,3	8,23	2,71	1,63	0,09
2004	15,6	21,5	24,6	8,42	2,86	1,3	0,09
2005	16,03	19,4	22,6	8,45	2,93	1,23	0,10
2006	16,63	19,1	22,1	8,91	2,93	1,33	0,10
2007	17,06	18,1	21,1	9,03	3,16	1,40	0,09
2008	17,65	17	20,1	9,44	3,38	1,43	0,10
2009	17,71	16,3	19,3	9,63	2,86	1,53	0,09

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Coordenação de População e Indicadores Sociais, PED-DF Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal

ANO	Taxa de conclusão de ensino superior (feminina)	Rendimento médio anual dos ocupados (mulheres)	Renda média domiciliar <i>per capita</i>	Razão dependência idosos	Razão de dependência jovem	PIB <i>per capita</i>
2001	0,08	1613	898,41	8,2	42,1	24.564,63
2002	0,09	1577	963,93	8,3	41,2	26.161,32
2003	0,09	1376	882,25	8,4	40,5	28.817,80
2004	0,09	1365	898,01	5,5	39,8	30.989,47
2005	0,10	1414	978,44	6,3	38,7	34.514,74
2006	0,09	1401	1.088,35	5,9	37,1	37.599,21
2007	0,09	1487	1.199,93	6,7	35,1	41.061,74
2008	0,10	1617	1.233,10	7,3	35,1	45.977,56
2009	0,09	1720	1.662,46	7,1	33	50.438,48

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Coordenação de População e Indicadores Sociais, PED-DF Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal

